

Sumário

Número de notícias: 14 | Número de veículos: 8

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Multinacionais já começam a fazer as contas sobre aumento da tributação sobre lucros3

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

2024: o ano da tributação em transição7

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Vitórias da União no Supremo reduzem risco fiscal pela metade 9

VALOR ECONÔMICO - SP - INVESTE
SEGURIDADE SOCIAL

União terá que enfrentar R\$ 698,7 bi em disputas tributárias no Supremo 10

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

E natural adotar medidas fiscais no decorrer do ano"13

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Desafio é pelo menos estabilizar pobreza, diz economista 15

VALOR ECONÔMICO - SP - INVESTE
REFORMA TRIBUTÁRIA

'No contexto global, Brasil tem situação favorável'18

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Ambiente externo mais difícil impõe maior risco fiscal em 2025 20

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

A crise nasceu na Política e a solução deve vir da Política - BRUNO CARAZZA24

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

'México não é subalterno dos EUA', diz Sheinbaum 26

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Desafios na área fiscal serão maiores em 2025 27

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Câmbio traz risco para meta de inflação também em 202530

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
ECONOMIA

Vitórias da AGU no Judiciário somam R\$ 1 trilhão33

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo vai adotar novas medidas fiscais em 2025 para manter arcabouço, afirma secretário 35

Multinacionais já começam a fazer as contas sobre aumento da tributação sobre lucros

Por Adriana Mattos, Valor - São Paulo

A lei que deve aumentar a tributação sobre o lucro de parte das empresas multinacionais no Brasil, sancionada pelo presidente Lula às vésperas do fim do ano passado, terá efeito maior nas companhias do que o inicialmente projetado pelo mercado, e já começa a impactar planos de fusões e aquisições no país.

Com a publicação da lei 15.079/24, em 30 de dezembro, foi definido um adicional da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para as multinacionais instaladas no Brasil. Pela legislação, passa a valer uma tributação mínima efetiva de 15% sobre o lucro. Caso a alíquota final seja menor, é preciso pagar a diferença para atingir os 15%.

Em cerca de 24 horas, entre 17 e 18 de dezembro, o projeto passou na Câmara dos Deputados e no Senado, e foi levado ao presidente, que o aprovou sem vetos 11 dias depois, com o teor proposto pelo líder do governo e deputado federal José Guimarães (PT-CE).

Havia uma Medida Provisória sobre o tema, de outubro, que perderia validade no começo de 2025, e o deputado entrou, então, com o projeto de lei que basicamente repetiu o conteúdo da MP.

"O que está sendo feito agora nas companhias é o começo de um trabalho de planejamento para ver se a lei afeta, e como ter menos impacto, respeitando a legislação. Pelos nossos trabalhos, tem gente que já sabe que terá de pagar o adicional, e tem gente que já tem alíquota acima de 15%, e que não terá mudança", diz Henrique de Palma, sócio da área tributária do escritório Cescon Barriou.

Na prática, trata-se de uma adesão às novas regras globais da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), lançadas em 2021. Apesar de o país não ser obrigado a seguir a recomendação, o governo decidiu avançar com o projeto, que, pelas contas da **Receita Federal**, levará a um aumento da arrecadação de R\$ 18,4 bilhões de 2026 a 2028.

Cada país da OCDE decide como fazê-lo, e no caso do Brasil, se escolheu tributar por meio da contribuição sobre lucro (CSLL). As regras já são aplicáveis desde

1 de janeiro, com o primeiro recolhimento a ser feito em 2026.

Pelo aprovado, as empresas multinacionais com receita bruta anual acima de 750 milhões de euros (R\$ 4,7 bilhões, pela cotação de sexta-feira, 10) devem apurar a sua tributação efetiva sobre a renda em cada país onde operam e pagar um adicional de tributação. Isso deve ocorrer em, pelo menos, dois dos últimos quatro anos fiscais.

Ao se referir ao projeto, a OCDE defende a tese de que uma taxa mínima sobre a renda, de 15%, é necessária para "promover concorrência justa entre as empresas", num ambiente de incentivos fiscais entre nações e crescimento de paraísos fiscais no mundo, diz a entidade em materiais sobre o tema.

No Brasil, isso vai ajudar a reduzir o uso de benefícios fiscais concedidos pelos Estados e ágios na compra e venda de empresas, no cálculo do lucro a ser tributado, e pode ter um impacto extenso.

Por conta dessa preocupação, assessores jurídicos e advogados de grandes e médias empresas consultados, já foram procurados pelos seus clientes nas últimas semanas, para mudanças no planejamento tributário após 2025.

Pelo texto aprovado, os 750 milhões de euros se referem a tudo que uma multinacional fatura em todas as jurisdições no mundo.

Logo, é preciso considerar o faturamento global, e não apenas no Brasil, de empresas abertas e fechadas, assim como de associações, como "joint ventures".

"Isso ampliou o escopo da norma", disse de Palma. "Há muita companhia fechada no país, até que desconhecemos, com capital estrangeiro e atuação mundial que fatura mais do que esse valor ao ano globalmente", afirma Christiano Chagas de Melo, sócio da área tributária do escritório Demarest.

A **Receita Federal** calcula que existam 8.704 pessoas jurídicas com receita superior aos 750 milhões de euros apenas no Brasil. E 957 têm tributação do lucro com alíquotas efetivas inferiores a 15%, informou após a publicação da lei.

O Valor Data levantou uma lista de multinacionais de capital aberto e fechado com soma de receita, apenas no Brasil, acima desse montante em 2023 e 2022.

Pelos dados, 40% delas são do setor de comércio, atacado, indústrias de bens de consumo e de serviços aos consumidores. São segmentos, portanto, que poderiam repassar aumentos de tributação ao cliente final.

"Até temos informado as empresas das mudanças mas, na verdade, já tem muita gente vindo para entender melhor o efeito. Se a companhia concluir que vai ter que pagar mais imposto, e o melhor é repassar ao parceiro ou ao cliente, aí não tem muito o que fazer", disse Tiago Tomaszewski, sócio do escritório Miara-Schuarts Tomaszewski.

O executivo ainda diz que o efeito da lei pode ser mais amplo e envolver, por exemplo, empresas que operam sobre o lucro presumido.

Neste grupo, estão negócios que faturam até R\$ 78 milhões ao ano, que pagam imposto sobre a receita, não sobre o lucro.

"Se uma empresa que no mundo vende mais de 750 milhões de euros ao ano, mas no Brasil vende menos de R\$ 78 milhões, ela cairia na regra do aumento da tributação. Se isso não mudar, vai 'pegar' muita empresa média", afirma Tomaszewski.

A **Receita Federal** publicou instruções normativas para estabelecer novas normas e critérios sobre o tema. E o teor dessas regras, e de futuras instruções sobre o tema, tem sido a maior preocupação do mercado hoje.

Pela instrução publicada no último dia de 2024, em 31 de dezembro, há empresas que terão desconto no adicional do imposto, informa o Fisco. Entram nesses casos grupos com alta folha de pagamentos ou muito ativo imobilizado (máquinas, imóveis).

Segundo Antonio Carlos Guidoni, sócio fundador do Vella Pugliese Buosi e Guidoni Advogados, isso deixará de fora concessionárias privadas e empresas públicas de serviços, além de grupos de tecnologia (incluindo multinacionais de streamings), que têm pouco imobilizado.

"É algo que não beneficia negócios ligados a serviços, mas ajuda outros, gerando um tratamento diferenciado, o que pode acabar sendo questionado judicialmente", afirma Guidoni.

Segundo a diretoria jurídica de duas empresas multinacionais de consumo, deve ocorrer um impacto

nas negociações de fusões e aquisições, pelo ágio gerado nessas transações, que agora não poderia mais ser usado.

O país bateu recorde dessas negociações em 2021, com 1,6 mil operações - foram 1,4 mil em 2024, 2% acima de 2023. Esses acordos têm entrado na agenda de empresas muito alavancadas, após a alta nos juros em 2021 e após 2024, de forma a dar novo caminho aos negócios.

O ágio é pago quando há a expectativa de ganho futuro com a aquisição ou se a operação comprada, na prática, vale mais do que o registrado nos balanços. O valor pode ser amortizado da base de cálculo do IRPJ e da CSLL ao longo de cinco anos.

Portanto, o ágio reduz o lucro tributável, e se ele não puder ser lançado, no fim das contas seria pago mais imposto.

"A intenção da lei é reduzir incentivos fiscais que desequilibram o mercado global, e fazem o lucro 'correr' para países sem **impostos**. Mas se, nessa, o ágio do 'M A' [sigla em inglês de fusões e aquisições] não puder ser amortizado, esse atrativo importante deixa de existir", diz o gerente jurídico de uma multinacional de doces e chocolates, setor em fase de consolidação.

Segundo Chagas, um dos projetos de aquisição que a Demarest trabalhava representando uma das partes acabou parando depois da aprovação da lei, pelo risco de o ágio não ser mais um redutor do total a pagar de IR e de CSLL.

"A aquisição que tratávamos recebeu um balde de água fria com as novas regras. Ágio é considerado na transação, e sem esse efeito, o acordo pode não ser mais tão interessante", disse ele.

Além disso, ainda há outra conta que as empresas começaram a fazer, e que pode elevar a carga tributária final.

Há benefícios para empresas que atuam na área da Sudam (Amazônia Legal) e Sudene (Nordeste), por exemplo. Os grupos têm direito a uma redução de 75% do IRPJ, o que, ao se incluir outros abatimentos, pode fazer com que a alíquota efetiva fique abaixo dos 15%.

Só que, como pela nova lei será obrigatório o pagamento de, pelo menos, 15% de imposto sobre a renda, a alíquota acabará subindo para esse patamar.

Atualmente, empresas no regime de lucro real pagam 34% de imposto sobre lucro, mas esses benefícios

reduzem a alíquota.

O Valor apurou que incentivos dados pelos programas a empresas que investem nessas áreas no Norte e Nordeste devem ser poupados. Como são "incentivadores de emprego e renda", diz uma fonte, há uma discussão no Fisco para que sejam exceção na lei.

Pelo lado do governo, a alegação é que se o Brasil não aderisse à recomendação da OCDE, e outras nações o fizessem, haveria perda de tributação.

Isso porque, pelas regras globais, se um dos países não tributar em, pelos menos, 15%, o país sede da multinacional (se estiver dentro das regras) poderá cobrar da empresa o pagamento. E isso implicaria numa espécie de "exportação de arrecadação" do Brasil a outros países.

Do total de quase 140 membros da OCDE, 40 adotaram as regras. EUA e China não entraram ainda. Países onde a sede global está instalada em locais em que a tributação é menor, como Luxemburgo, por exemplo, já aderiram. No entanto, segundo a Frente Parlamentar do Empreendedorismo, até outubro, mais de 50% dos investimentos no Brasil vêm de jurisdições que não entraram no acordo.

Procurado pela reportagem, o Ministério da Fazenda não se manifestou sobre o assunto.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

RAIO X da nova lei

Efeitos e razões que levaram à mudança na legislação

O que é a lei dos 15% das multinacionais?

Cria um adicional da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para empresas multinacionais instaladas no Brasil. As regras já são aplicáveis desde 1º de janeiro, com o primeiro recolhimento a ser feito em 2026.

Qual o seu objetivo?

Garantir uma tributação mínima efetiva de 15% sobre a renda das empresas, dentro do acordo global com a OCDE para evitar uma guerra fiscal internacional.

Por que o Brasil aderiu a isso?

Segundo o governo, porque se ele não tributar, e outros países da OCDE o fizerem, ele perderá essa tributação para aqueles que aderirem. EUA e China ainda não aderiram. Para empresários e advogados, isso vai elevar a arrecadação num momento que o país precisa reduzir déficit fiscal.

Quais os negócios impactados?

Empresas no Brasil integrantes de grupos multinacionais cuja receita anual consolidada seja superior a 750 milhões de euros (cerca de R\$ 4,7 bilhões) durante pelo menos dois dos quatro anos fiscais anteriores à apuração. Quase mil empresas devem ser afetadas, mas operações de aquisição de ativos também podem ser afetados.

Fontes: Agência Senado, Agência Câmara

2024: o ano da tributação em transição

Eduardo Maneira

O ano de 2024 consolida uma posição do Supremo Tribunal Federal (STF) em relação às lides tributárias: as audiências públicas e as câmaras de conciliação. A prática se iniciou em 2022, na ADI 7191, de relato ria do ministro Gilmar Mendes, que homologou acorclo de compensação das perdas do ICMS sobre combustíveis.

É que a Lei Complementar nº 194/2022, ao considerar combustíveis como bem essencial, para fins de incidência do ICMS, gerou uma significativa perda para os Estados, estimada em R\$ 27 bilhões. De outro lado, com a alíquota menor do ICMS, o valor dos combustíveis baixou, refletindo no índice cia inflação. Assim, o ministro Gilmar Mendes criou um grupo de trabalho com representantes da União e dos Estados, cujo resultado foi o cie manter a carga tributária e compensar os Estados pelas perdas.

Depois dessa exitosa experiência, a conciliação, até então impensável no âmbito de ação de controle concentrado, tornou-se uma realidade.

Cito outros três exemplos.

Na ADI 5553, de autoria do PSOL, que questiona os incentivos tributários de defensivos agrícolas, o plenário do STF decidiu suspender o julgamento para fixar um prazo de 90 dias, depois alargado para 180 dias, para que o Poder Executivo cia União e dos Estados, apresentem em relação ao IPI e ao ICMS, respectivamente, avaliações sobre a política de benefícios fiscais, com seus objetivos e resultados.

Na ADI 7633, em que se discutia a constitucionalidade da prorrogação da desoneração da folha, o Supremo concedeu prazo para que o Congresso Nacional, o setor produtivo e o governo federal chegassem a um termo quanto ao cumprimento das regras de renúncia fiscal.

Solução semelhante foi adotada na ADI 7353, em 2023, em que se pedia a declaração de inconstitucionalidade da reinstuição do voto de qualidade no âmbito do Carf, e na qual o Conselho Federal da Ordem cios Advogados do Brasil (OAB) enviou ao ministro Dias Toffoli o pedido cie reconhecimento da constitucionalidade da norma, desde que fossem cumpridos pressupostos constantes de acordo feito entre a OAB e o governo federal. Manteve-se o voto de qualidade a favor do Fisco, mas

assegurou-se ao contribuinte garantias antes não previstas, sendo a mais relevante a exclusão cia multa, na hipótese da derrota se dar pelo voto de qualidade.

Interessante notar como as discussões constitucionais tributárias deixaram de ser binárias para permitir que o STF possa intermediar soluções para acomodar as partes, canceladas por um selo de constitucionalidade.

O impacto dessa nova função do tribunal ainda há de ser mais bem compreendido e assimilado, mas, pelos precedentes citados, pode oferecer diversas vantagens, como: a) soluções mais ágeis em comparação aos processos judiciais tradicionais; b) acordos que se adaptam às necessidades das partes envolvidas; c) a promoção de soluções consensuais contribui para a diminuição de conflitos.

No tema do ICMS na base de cálculo cio PIS e da Co fins, o Supremo decidiu que "cabe ação rescisória para adequação de julgado à modulação temporal dos efeitos da tese de repercussão geral fixada no julgamento do RE 574706 (Tema 69/RG)".

Ou seja, aquelas ações ajuizadas entre o julgamento de mérito e transitadas antes do julgamento cia modulação de efeitos, poderão ter seus efeitos restringidos em ação rescisória ajuizada pela Fazenda Nacional. Há certos temas que nunca acabam.

É de ser destacado, aincla, o julgamento que reconheceu a validade do Decreto nº 11.374, de 01/01/2023, que revogou o Decreto nº 11.322, de 30/12/2022, que reduzia as alíquotas de PIS e Cofins sobre receitas financeiras (ADC 84 e ADI 7342). Argumentou-se que não haveria ofensa à segurança jurídica porquanto a norma foi revogada no mesmo dia em que produzida efeitos, não criando nenhuma expectativa legítima. Trata-se de julgamento que excepciona a anterioridade tributária e, embora as circunstâncias fáticas sejam peculiares, o precedente é preocupante.

Merece também destaque o julgamento do RE 736.090 que limitou as multas por sonegação, fraude ou conluio a 100% da dívida tributária. Ainda que a Lei nº 14.689/23 já tenha trazido a limitação a 100%, fato é que o precedente impacta em diversas cobranças estaduais que extrapolam o limite.

Ainda vale registrar que o STF decidiu várias questões

relativas à imunidade tributária recíproca: 1) Decidiu que uma distribuidora de energia elétrica não tem direito à imunidade de IPTU (RE 1433522); 2) suspendeu a cobrança de IPVA de veículos via Infraero feita pelo Estado de Alagoas (ACO1621); e 3) impediu o Distrito Federal de cobrar **impostos** da DataPrev (MC na ACO 3667).

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) igualmente teve um ano muito produtivo em matéria tributária. Merecem destaque as seguintes decisões da 1ª Seção: a) a que afastou a tributação de PIS e Cofins sobre as receitas de interconexão de redes das empresas de telefonia (EREsp 1599065); b) a que decidiu que o reembolso de ICMS-ST não gera crédito de PIS e Cofins (EREsp 1959571 e outros); c) que aTUST e a TUSD compõem a base de cálculo do ICMS (ERESP 1163020 e outros); d) que não há crédito de PIS e Cofins sobre frete de veículos para revenda (EREsp 1594428); e) por fim, a decisão que entendeu que integra a base de cálculo do PIS e da Cofins as despesas das instituições financeiras com a contratação e correspondentes bancários (AREsp 2001082).

Sobre a tributação da renda, destaca-se o Tema 1226, em que a 1ª Seção definiu que o stock option plan (SOP) tem caráter mercantil e fixou duas teses: 1) não incide IRPF quando da aquisição das ações junto à companhia; e 2) o imposto incide quando o adquirente vier a vender com ganho de capital. Que venha 2025!

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188088?page=2§ion=4>

Vitórias da União no Supremo reduzem risco fiscal pela metade

A tendência de o Supremo Tribunal Federal (STF) tomar decisões favoráveis à União em casos com impacto bilionário para as contas públicas se manteve em 2024 e ajudou a reduzir pela metade o risco fiscal na Justiça.

Segundo levantamento do Estadão/Broadcast, dos seis casos julgados no ano passado listados no anexo de riscos fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2025, cinco tiveram resultado alinhado ao Fisco. Ao todo, a União evitou perdas de R\$ 870,6 bilhões com as decisões, segundo estimativa da Receita.

Mais da metade do valor se refere à decisão que anulou a "revisão da vida toda" das aposentadorias. A estimativa de gastos com o cumprimento da ordem pelo **INSS** era de R\$ 480 bilhões. Em seguida, vem a correção do FGTS, cujo risco fiscal em caso de derrota era estimado em R\$ 295,9 bilhões.

As outras decisões favoráveis foram as que autorizaram o Executivo a alterar as alíquotas do Reintegra entre 0,1% e 3% (R\$ 49,9 bilhões) e validaram a incidência de PIS/Cofins sobre a locação de bens móveis (R\$ 20,2 bilhões) e bens imóveis (R\$ 16 bilhões).

A validação do PIS/Cofins sobre as entidades fechadas de **previdência complementar** foi mais um julgamento favorável à União. Embora esteja listado na LDO - o que indica que tem impacto maior do que R\$ 1 bilhão -, a estimativa de gasto caso a União fosse derrotada não foi publicada.

Há ainda um processo em que a União saiu vencedora, mas não está listado na LDO. O Supremo decidiu que são válidas as ações rescisórias ajuizadas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) para cancelar créditos da "tese do século". Segundo a PGFN, os créditos são de R\$ 2,8 bilhões.

O valor pode incluir receita nova, nos casos em que o contribuinte já obteve a compensação dos valores e terá de devolvê-los à União. Outra parte, relativa aos casos em que a compensação ainda não foi efetivada, deixará de sair do Tesouro.

A "tese do século" tem a ver com discussão no Judiciário na qual as empresas pediam a retirada do

ICMS, principal imposto estadual, da base de cálculo das contribuições federais PIS/Cofins.

O tributarista André Torres, sócio do Pinheiro Neto Advogados, vê uma "consolidação sobre a influência da pauta econômica no raciocínio do Judiciário". Na visão do advogado, a preocupação em relação às contas do governo passou a ser mais presente nos julgamentos do Supremo a partir de 2022. Para ele, os advogados dos contribuintes devem entender esse novo momento. "Se formos capazes de argumentar que o outro lado da moeda do rombo orçamentário é um impacto econômico significativo nas empresas, para o mercado ou um setor inteiro, o Supremo tem dois pesos na balança."

Cristiane Romano, sócia da área de Tributário do escritório Machado Meyer, também identifica uma "preocupação do STF em não criar impactos economicamente prejudiciais à Fazenda" ao invalidar normas.

Em nota, a PGFN disse que "intensificou seus esforços para fortalecer a cooperação com o Poder Judiciário e ampliar a participação da sociedade civil nas decisões que impactam o cenário tributário brasileiro". Também afirmou que essa aproximação "contribuiu para uma maior previsibilidade das decisões judiciais e para a construção de um ambiente mais colaborativo".

DERROTAS. Também houve casos relevantes nos quais a União perdeu. O que consta na LDO foi o julgamento que declarou inconstitucional a alíquota de 25% do Imposto de Renda retido na fonte sobre as pensões e aposentadorias recebidas no exterior. A Receita estima impacto de R\$ 6 bilhões com a derrota.

O Supremo também contrariou o governo ao acabar com a multa punitiva de 150% em caso de sonegação fiscal. Mas os ministros tomaram um "caminho do meio" e limitaram a multa a 100%, percentual maior do que queriam os contribuintes (30%).

A Corte também proibiu a incidência do ITCMD - o chamado imposto de herança, cobrado pelos Fiscos estaduais - no repasse de valores de planos de previdência privada em caso de morte do titular.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

União terá que enfrentar R\$ 698,7 bi em disputas tributárias no Supremo

A União saiu vitoriosa na maioria dos julgamentos tributários realizados nos tribunais superiores em 2024. Venceu 18 de um total de 23 casos relevantes e evitou perdas bilionárias aos cofres públicos - em apenas três casos, o impacto somado era de R\$ 86,1 bilhões. Ainda há, contudo, só no Supremo Tribunal Federal (STF), outros 27 processos que devem ser discutidos, o que deixa a Fazenda Nacional exposta a um risco fiscal de pelo menos R\$ 698,7 bilhões.

Dois desses 27 casos são teses filhotes da exclusão do 1CMS da base de cálculo do PIS/Cofins, a chamada "tese do século", julgada em 2017 pelo STF. Derivam desse tema a exclusão do ISS do PIS/Cofins, discussão reiniciada no plenário físico, mas que há maioria favorável aos contribuintes se considerados os votos da sessão virtual (Tema 118). É um dos principais temas acompanhados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). Também pode ser julgada a exclusão do PIS e da Cofins das suas próprias bases de cálculo (Tema 1067). Ambos têm impacto de R\$ 101,1 bilhões.

O julgamento de maior valor, porém, é o que pode custar R\$ 325 bilhões aos cofres da União. Trata da necessidade de lei complementar para a cobrança de PIS e Cofins sobre importação. Hoje a exigência é feita por lei ordinária, a nº 10.865/2004, que teve quórum simples de aprovação no Congresso (Tema 79).

Outra ação relevante é a que questiona os limites de dedução de gastos com educação no Imposto de Renda (ADI 4927), que pode tirar R\$ 115 bilhões do governo federal. Há ainda um caso da Vale que analisa o uso de tratados para evitar bitributação de suas controladas no exterior, com impacto de R\$ 22 bilhões.

Existem, no processo da Vale, dois votos em linhas contrárias. O julgamento foi interrompido por pedido de vista e será retomado no Plenário Virtual no dia 7 de fevereiro (RE 870214). Também é uma das prioridades do ano para a PGFN e a própria procuradora-geral da Fazenda Nacional, Anelize

Almeida, despachou com todos os ministros sobre esse caso.

Outro tema que estará no radar da PGFN é a

exigibilidade do PIS e da Cofins sobre as receitas financeiras oriundas de aplicações financeiras das reservas técnicas de seguradoras (Tema 1309). Em junho, o relator, ministro Dias Toffoli, deu liminar suspendendo a cobrança, confirmada em setembro pela 1ª Turma. Também foi reconhecida a repercussão geral. A estimativa de impacto é R\$ 5,28 bilhões em cinco anos. "Além de tudo, esse processo está com uma decisão mim para a Fazenda", afirma Anelize, que neste ano pretende alterar a equipe que atua no STF.

O novo coordenador-geral da equipe é Euclides Sigoli Junior, que atuava na 1ª Região. Segundo Anelize, Sigoli chega com duas missões: integrar a equipe de STF com as das demais instâncias e aumentar as informações sobre as ações e as probabilidades de êxito. "Quero saber como vota cada ministro do Supremo a partir da análise jurimétrica das decisões anteriores. Em tema X, qual é a chance da gente [PGFN] ganhar?", explica a procuradora.

A maioria dos casos não tem estimativas de impacto previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2025. Os dados dos processos são de um levantamento feito a pedido do Valor pelo escritório Machado Associados.

Em relação a 2024, os contribuintes venceram, no STF, uma disputa de R\$ 6 bilhões. Os ministros afastaram o Imposto de Renda (IRPF) sobre rendimentos de aposentadoria e pensão enviados a residentes no exterior (Tema 1174). Também foi comemorada a vitória na redução do teto de 150% para 100% para as multas qualificadas em processos administrativos (Tema 1174). Elas ainda podem chegar a 150%, mas só quando houver reincidência.

O julgamento mais valioso para o governo em 2024 foi o do Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra), no STF. O risco estava estimado em R\$ 49,9 bilhões. Em outubro, os ministros confirmaram que o Executivo pode reduzir livremente as alíquotas do benefício fiscal. O programa, criado em 2011, reembolsa a exportadores parte da carga tributária que não pode ser aproveitada ao longo da cadeia produtiva (ADI 6040).

Também foi relevante para os cofres públicos a

decisão que validou, por maioria, a incidência do PIS e da Cofins sobre as receitas auferidas com a locação, por empresas, de bens móveis e imóveis. Os contribuintes tentavam evitar que os **tributos** federais fossem cobrados sobre todo o faturamento por ausência de previsão legal, pois a locação dos bens não configura nem venda de mercadoria nem prestação de serviço. A tese não foi acatada, o que evitou perdas de R\$ 36,2 bilhões para a União (Tema 630 e Tema 684).

Mais recentemente, a PGFN venceu discussão sobre a cobrança das contribuições sociais nos rendimentos auferidos com aplicações financeiras de entidades fechadas de **previdência complementar** (EFPCs). O placar foi apertado em 6 votos a 5 (Tema 1280).

Para tributaristas, foi no Superior Tribunal de Justiça (STJ) que os casos mais relevantes foram julgados. Seja pela quantidade de teses em recurso repetitivo fixadas, isto é, decisões que devem ser aplicáveis para todo o Judiciário, ou pela quebra de expectativa em relação à jurisprudência. A principal delas, na visão dos especialistas, foi a derrubada do limite das contribuições pagas pelas empresas ao Sistema S - Sesc, Senai, SesieSenac (Tema 1079).

A 1ª Seção decidiu que a base de cálculo das "contribuições de terceiros" ou "parafiscais" não deve ficar restrita a 20 salários mínimos (hoje R\$ 28,2 mil). Com isso, a carga tributária, que vai até 5,8%, deve incidir sobre toda a folha salarial das companhias. O impacto da tese se o governo perdesse, seria de R\$ 11,7 bilhões. Ainda há, contudo, um recurso ao STF pendente de análise.

Segundo Renato Silveira, do Machado Associados, ainda há uma série de questionamentos, pois o STJ deixou de fora da tese outros tipos de contribuições, como a do Incra. "Temos nos deparado com decisões das mais variadas. Tem tribunal aplicando e negando a mesma modulação para as demais contribuições. Do jeito que está, o tema criou uma insegurança jurídica muito grande", afirma ele, acrescentando que o melhor seria uma nova paralisação dos casos para buscar uma adequação.

Para os contribuintes, de acordo com a advogada Ariane Guimarães, do Mattos Filho, uma vitória relevante foi a decisão contra a tributação dos planos de opção de compra de ações - os chamados "stock options plans" (REsp 2069644 e REsp 2074564). Ela ainda cita o caso da exclusão do ICMS-ST na base do PIS e Cofins, que teve acórdão publicado e modulação julgada em 2024 (REsp 1896678 e REsp 1958265). "Foi decidido que não precisa ser demonstrada a repercussão econômica pelo substituído porque ela já é implícita", diz. "Foi afastado um obstáculo que

poderia prejudicar os contribuintes, previsto no artigo 166."

Ela destaca também o julgamento, no STF, dos embargos de declaração na quebra automática de decisões tributárias definitivas-a "coisa julgada" (Temas 881 e 885) -, em que foi acatado um dos pedidos das empresas para afastar a multa. E a tributação previdenciária sobre o terço de férias (Tema 985). "Foi um dos casos mais emblemáticos [terço de férias, porque o STF modulou os efeitos a favor dos contribuintes por conta da alteração de jurisprudência considerando outro tribunal, o STJ, que tinha julgado em 2010]", afirma.

Para este ano, um dos casos mais esperados no STJ é a discussão sobre tributação de crédito presumido de ICMS na base do IRPJ e CSLL, que está em análise para ser afetado como recurso repetitivo. Discussão similar está no STF, sobre o PIS e a Cofins (Tema 843).

Segundo o advogado Bruno Teixeira, do TozziniFreire, existe precedente no STJ sobre o tema, com relação a IRPJ e CSLL, favorável ao contribuinte, mas não em repetitivo, em que se analisou os demais benefícios fiscais, mas o desfecho não foi favorável. "Se imaginou que a questão estava pacificada no STJ, mas ainda existe muita controvérsia, principalmente depois da alteração da Lei nº 14.789, do final do ano retrasado, que revogou o artigo 30", diz.

Outro tema relevante envolve a autorização que o STJ e STF deram às ações rescisórias da União contra decisões favoráveis dos contribuintes relacionados à "tese do século", entre o julgamento de mérito, em 2017, e a modulação dos efeitos, em 2021. "Embora o STJ e STF tenham julgado e sinalizado de forma positiva para a União, o dispositivo que autoriza o ajuizamento da ação também está sendo discutido no STF", afirma Teixeira. "Se ele for declarado inconstitucional, essa autorização dada pelo STF e STJ cai", diz ele, citando o artigo 535 do Código de Processo Civil, que é discutido na ação (AR2876).

Para a PGFN, a redução dos valores no anexo de riscos fiscais da LDO é fruto da "solidez das teses que defende perante o Poder Judiciário". Diz, em nota, que a expectativa para este ano é "concluir de forma consensual litígios judiciais, por meio da transação tributária" - como o Programa de Transação Integral (PTI), que permite acordos em 17 teses. "Acreditamos que a negociação e o diálogo são ferramentas para a resolução de conflitos e para a construção de um ambiente tributário mais justo e transparente", afirma.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188088?page=2>

§ion=4

E natural adotar medidas fiscais no decorrer do ano"

THAÍS BARCELLOS E MANOEL VENTURA

O secretário executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, sinaliza que o governo deve adotar novas medidas fiscais neste ano - que podem diminuir as frustrações dos investidores com o pacote considerado tímido de ajuste de gastos. No ano passado, a desconfiança com o governo fez o dólar disparar e ficar acima do patamar de R\$ 6, o maior da História. A cotação da moeda americana se mantém nesse nível em 2025. Mas, de acordo com o número 2 de Fernando Haddad, as novas propostas de corte de despesas e arrecadação devem começar a ser debatidas após a aprovação pelo Congresso do Orçamento de 2025. Segundo ele, a equipe econômica deve voltar a insistir em impor limites aos "supersalários", pagamentos que extrapolam o limite estabelecido pela Constituição, porque a revisão de gastos deve atingir "o andar de cima". Durigan ainda rechaça o impacto de políticas fiscais na inflação do ano passado.

Bancos estão rebaixando as ações brasileiras, e o dólar continua acima do patamar de R\$ 6. Como a Fazenda pode conter isso?

Fizemos uma mesa com as instituições e com esses agentes para mostrar para eles os nossos números. Apresentamos medidas dentro do governo, vencemos a etapa e aprovamos no Congresso (as medidas), o que vai facilitar o funcionamento do arcabouço em 2025 e 2026, de maneira definitiva.

E por que houve essa reação negativa do mercado?

Existem outros temas pendentes de serem resolvidos, como a nossa dívida. Isso deve seguir sendo tratado e é nosso papel aqui na Fazenda. Precisamos vencer o ceticismo em relação à estabilidade da dívida pública. Cumprimos a meta de (resultado) primário em 2024 com um déficit de R\$ 12 bilhões, contra todas as expectativas. O arcabouço fiscal está funcionando. Fizemos o maior ajuste fiscal dos últimos tempos no Brasil. E um ajuste fiscal que não é austericida, como fazem alguns aqui na América Latina. O problema das expectativas tem que seguir endereçado. Isso nos incomoda. Temos que conseguir passar essa percepção de que temos responsabilidade fiscal. Tanto é que diminuimos em mais de R\$ 200 bilhões o déficit de 2023 para 2024.

Parte do incômodo do mercado é com a avaliação de que o pacote só segura o arcabouço até 2026 e abre espaço para medidas fiscais eleitoreiras. Como garantir que o gasto será controlado? Pela consistência da nossa estratégia. O que temos dito, repetindo e estressando em várias ocasiões, é que acreditamos na responsabilidade fiscal. É nosso papel nos próximos dois anos reforçar a política fiscal, do lado da despesa e do da receita, para que obtenhamos grau de investimento e cheguemos com inflação sob controle, com crescimento sustentável.

Novas medidas fiscais podem ser apresentadas neste ano?

Do lado da Fazenda, nunca estamos parados. Sempre ficamos avaliando e monitorando as questões e estudando quais são as medidas para corrigir o que precisa ser corrigido. O próximo passo é tratar o Orçamento de 2025, incorporando o que foi aprovado no fim do ano de medidas fiscais. Algumas medidas que estavam sendo criticadas por estarem não necessariamente previstas no Orçamento vão estar. E o caso do Pé-de-Meia e do Auxílio-Gás.

Então, é incerto que teremos novas medidas fiscais?

Isso está certo, porque é natural que tenhamos que adotar medidas no decorrer do ano para garantir esse compromisso e esse resultado que conseguimos entregar. Vamos fazer isso. Temos que garantir que o Orçamento de 2025 seja bem executado. Se tiver alguma política pública que esteja fora do prumo, vamos corrigir para que o gasto fique dentro da nova

regra fiscal. O arcabouço deu certo. O que de fato hoje nos escapa são expectativas que não estão no nosso controle. É legítimo que tenhamos que dar novos passos para garantir que as expectativas estejam mais condizentes com os resultados que estamos entregando.

E qual seria o "timing" dessas novas medidas?

Tem um timing natural. Temos que aprovar o Orçamento e dar consecução a isso. Todo o pacote de medidas está sendo estudado por nós. Medidas diversas podem ser adotadas, seja administrativa, de colegiados como o Conselho Monetário Nacional, e do

ponto de vista do Congresso Nacional.

O governo vai propor o projeto contra os supersalários?

A nossa orientação é de moralização e de que deveríamos começar a revisão de gastos pelo andar de cima. Lamentamos que muitas dessas medidas que são moralizantes acabem sendo desidratadas. Voltaremos ao tema dos supersalários e esperamos aprovar a idade mínima (para aposentadoria) de militares com o aumento da contribuição para a saúde, agora em 2025.

O dólar segue acima de R\$ 6. É um patamar adequado?

Não me cabe dizer o patamar que acho adequado ou não do dólar. O importante é reconhecermos as causas. O cenário externo, principalmente o cenário americano, tem ditado parte importante desse aumento do dólar em relação ao real. Vou reconhecer, inclusive, que tem elementos do cenário doméstico, que é o nosso trabalho de avançar, de aprimorar tanto a comunicação do governo, como o ministro Haddad tem salientado, quanto as medidas. No que nos compete, temos que fazer o trabalho de comunicação, de compromisso, seja meu, seja do ministro Haddad, seja do presidente Lula, para chegar a um patamar condizente com a realidade econômica, dentro do contexto mundial que nós estamos colocando.

Há culpa da política fiscal na inflação acima da meta do ano de 2024?

Existem várias causas para a inflação ter saído levemente ali da banda da meta. São causas sazonais, que tem a ver com as mudanças climáticas. E é muito importante dizer que o componente do gasto público não foi fundamentalmente contribuidor para essa inflação. Se a gente compara a despesa federal na proporção com o **PIB**, saímos de um patamar de 19,5% em 2023 para 18,5% em 2024. O país cresceu, e a despesa não. Não há motivo para alarme em relação à inflação.

Temos um cenário de emprego positivo, mas inflação e juros subindo. Qual o saldo geral da economia?

Começo o ano de 2025 muito satisfeito com as entregas na Fazenda, mas ao mesmo tempo muito preocupado com os resultados gerais. Câmbio, juros, em especial esses dois elementos, nos preocupam. Mas nosso compromisso é seguir com a agenda para os próximos anos.

O senhor disse que 2023 foi um ano de recomposição de receitas e que 2024 foi de contenção de gastos.

Qual vai ser a marca de 2025?

É o ano de consolidarmos os avanços. Temos que vencer o pessimismo para os próximos anos. Para além da **Reforma Tributária**, que é estruturante, dos projetos da transformação ecológica que vão ter impulso por conta da COP30, temos que garantir que não tenha retrocesso no fiscal.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Desafio é pelo menos estabilizar pobreza, diz economista

Lucianne Carneiro Do Rio

Doutor em sociologia, o pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica (Ipea) Pedro Ferreira de Souza afirma que a redução da pobreza em 2023 - dado mais recente disponível - baliza a avaliação positiva do Bolsa Família, além do bom momento do mercado de trabalho. O desafio atual, no entanto, é estabilizar a pobreza e manter a trajetória de queda daqui para frente, após anos de idas e vindas na evolução do fenômeno.

Outra preocupação dele é o fato de que a parcela de extremamente pobres no país - 4,5% da população em 2023, pelos dados mais recentes do IBGE - reflete apenas um retrato do momento e esconde as flutuações de renda na vida dos mais vulneráveis. "Temos um número muito maior de pessoas que fica flutuando, entrando e saindo dessa pobreza extrema."

Com cenário menos positivo que o da pobreza, a desigualdade se mantém estável e demanda políticas mais direcionadas, defende ele. "Quem ousaria dizer publicamente que é contra reduzir a miséria? Mas reduzir a desigualdade implica mexer em interesses e benefícios", afirma o autor do livro vencedor do prêmio Jabuti em 2019, "Uma história de desigualdade: a concentração de renda entre os ricos no Brasil (1926-2013)".

Embora ressalte que o cenário político não é sua especialidade, Souza diz ver pouco espaço para uma coalizão neste sentido. Atualmente, um dos projetos do técnico do Ipea é a atualização dos dados de desigualdade presentes no livro dele até 2022, último ano disponível para as informações da **Receita Federal**.

A metodologia é semelhante ao trabalho do economista francês Thomas Piketty, que permite visão melhor da renda dos mais ricos por meio de dados do imposto de renda. Souza também celebra o trabalho de melhoria de qualidade do CadÚnico - para o qual o Ipea contribuiu com parcerias com o Ministério de Desenvolvimento Social -, embora reconheça que há limitações na ferramenta.

**

A seguir os principais pontos da entrevista:

Valor: Como o sr. avalia redução da pobreza recente no país?

Pedro Ferreira de Souza: Os dados de 2023 balizam uma avaliação positiva do novo Bolsa Família e mostram claramente queda muito grande da pobreza. O trabalho do IBGE calcula como seria sem os benefícios sociais. Na extrema pobreza, não teria essa queda, o que mostra a efetividade das transferências. Isso aponta que o programa está funcionando porque um dos objetivos é esse: fazer a pessoa ficar menos pobre como consequência imediata. Na pobreza, [a influência] não é só de transferência, tem muito a ver com o mercado de trabalho aquecido. Os números são muito encorajadores, mostram que as coisas vão na direção certa após um período em que esses indicadores só pioraram ou ficaram parados.

Valor: E o que vem depois?

Souza: O objetivo número um passa a ser pelo menos estabilizar essa pobreza, e continuar reduzindo. Há variabilidade muito grande dos indicadores. Talvez 2023 seja o novo normal, mas a questão é incerta, pelo menos a curto prazo. Há um desaforo depois de uma década de piora. O país até conseguiu avançar bastante desde 2021, é preciso reconhecer. De fato, há um efeito conjunto de expansão de transferências sociais e um mercado de trabalho forte, embora evidentemente nem tudo está perfeito. A desigualdade não diminuiu. Para quem considera a desigualdade um problema, como eu, isso é uma preocupação.

Valor: Os dados da Pnad ainda subestimam o rendimento dos mais ricos, não é?

Souza: A Pnad Contínua tem limitações, compartilhadas com pesquisas domiciliares em todo o mundo. Sabemos que capta mal os rendimentos de mais ricos. Nessas pesquisas, o entrevistador toca a campainha, entra na casa e pergunta sobre coisas sensíveis. Não é algo trivial revelar sua renda para um desconhecido. Há também a questão da segurança, que dificulta a entrada na casa de pessoas muito ricas. Além disso, muitas vezes subestimam sua própria renda e tem rendimentos difíceis de captar, como das aplicações financeiras. Quando incorpora os dados da Receita, apesar de também ter problemas, olha melhor essas coisas, e conclui que a desigualdade é bem

maior, concentrada no topo. Só que mesmo os dados da Pnad de 2023 mostram que não há queda de desigualdade. No pós-pande-mia, o cenário segue um pouco nebuloso. Os dados da Receita levam um certo tempo para sair. Estamos trabalhando nas informações que saíram de 2022, espero ter algo até o fim do ano.

Valor: Há avanço em políticas para reduzir desigualdades ?

Souza: Nossas políticas públicas são muito mais voltadas para reduzir pobreza que orientadas para reduzir desigualdades. E isso não é só no Brasil. Reduzir a pobreza é politicamente muito mais fácil que mexer em distribuição de renda e desigualdade. Quem ousaria dizer publicamente que é contra reduzir a miséria? Mas reduzir a desigualdade implica mexer em interesses e benefícios.

Valor: Vê espaço para isso?

Souza: Sinceramente não vejo. [Esse debate] sai um pouco da minha seara, mas não vejo nenhuma coalizão forte capaz de empurrar o Brasil nessa direção. As disputas são grandes e precisaria ter muitas mudanças que me parecem controversas, muito difíceis de serem aprovadas. E, se forem aprovadas, será de forma muito diluída.

Valor: O senhor é cético então?

Souza: Não sou cético. A ideia de uma reforma de Imposto de Renda que poderia tornar o sistema mais redistributivo implica mexer na isenção de lucros e dividendos, reduzindo o escopo, limitar algumas deduções, alterar alíquotas... É relativamente consensual que dá para ser feito. Com bom planejamento, há margem para fazer isso sem provocar nenhum colapso econômico. Vários países tributam mais que a gente. Este é o instrumento mais claro que o governo tem para mexer na concentração no topo da renda e alcançar bons efeitos sobre desigualdade. Agora, é claro que a implementação importa, nos pequenos detalhes, como visto no Cadastro Único (CadÚnico) e na reforma tributária.

Valor: Como vê na reforma?

Souza: Uma coisa que estou convencido nos últimos tempos é que aprovar a lei é só o primeiro passo. O que sou cético é ver de fato isso acontecer, inclusive na questão da desigualdade. Reduzir a desigualdade, como questão abstrata, é algo que boa parte da população é a favor. Mas, na hora que começa a mexer em questões específicas, as pessoas começam a gritar porque de fato é preciso impor perdas a determinados grupos. E grupos com muitos recursos.

Reformas nesse sentido teriam efeito imediato sobre desigualdade.

Valor: Mesmo em queda, a pobreza ainda é elevada?

Souza: Ainda temos uma pobreza elevada. É menor que a situação de outros países, mas a questão é que as pessoas tendem a olhar os números e pensar que tem uma parcela da população brasileira que é sempre pobre e o resto nunca é pobre. Só que isso está muito longe de ser verdade. No Brasil, é muito provável que se você entrevistasse esses 4,5% de extremamente pobres um mês depois [da entrevista] o número seria diferente. Existem muito mais pessoas 'flutuando', que entram e saem dessa pobreza extrema. É preciso pensar essa flutuação da pobreza, levar em conta a dimensão temporal. A pesquisa é uma fotografia, mas as pessoas não vivem sempre no mesmo mês. São pessoas vulneráveis, sem poupança, expostas a choques, como um problema de saúde, perda de emprego, uma chuva que faz a casa desabar... Existe a pobreza crônica e existe a pobreza temporária. Esta é uma questão pouco entendida e que precisa ser incluída na política pública. A política de combate à pobreza teria que ser para uma parcela maior da população.

Valor: Isso é levado em consideração?

Souza: O Bolsa Família tomou uma decisão correta que é, se a renda do beneficiário aumentou, pode ficar dois anos no programa, com um benefício menor, desde que a renda per capita não ultrapasse meio salário mínimo. É uma regra razoável, que pega a maior parte dos casos. Isso é o pulo do gato em desenho de política pública, que é lidar com a incerteza do mundo. Os rendimentos informais podem variar muito, mas mesmo o rendimento formal tem isso por causa da rotatividade. A pessoa trabalha três meses, depois fica desempregada. Mesmo no setor formal as pessoas mais vulneráveis ficam muito tempo desempregadas, especialmente os jovens.

Valor: Como vê a situação atual do CadÚnico?

Souza: O CadÚnico é um censo contínuo da população mais pobre, em um país grande como o Brasil. É um negócio muito difícil de ser mantido, mas é uma ferramenta necessária e não há alternativa para substituí-lo no momento. Há informações que só existem ali, como a composição das famílias, quem mora com quem, quem é parente... Por cruzamentos de registros administrativos, é possível recuperar algo, mas não para todos, especialmente os mais pobres, com vida mais informal. Antes da pandemia, já havia aumento de pobreza e alguma deterioração do cadastro, principalmente por menos repasses para as prefeituras manterem a estrutura. O cadastro é quase

majoritariamente baseado em atendimento presencial e na pandemia os serviços foram interrompidos. O cadastramento do auxílio emergencial era por aplicativo, compreensível, mas tinha menos controle de qualidade. Após a pandemia, mudou a lógica do benefício, com valor muito maior e mais generoso e incentivo para as pessoas declararem que moram sozinhas. Os mecanismos de controle estavam enfraquecidos.

Valor: E agora?

Souza: Houve certa priorização [para recuperar esse instrumento CadÚnico] que parece estar dando bons resultados. É impossível resolver de vez os problemas e é óbvio que não será perfeito. Tem que ser criticado e os problemas têm que ser apontados, mas é preciso reconhecer também o esforço e a qualidade da informação ali existente. Não há ferramenta melhor para reduzir pobreza. É possível melhorar a base de dados incrementalmente, mas exige muito esforço e soluções criativas para obter pequenas melhoras. Não vejo como dar salto muito radical de qualidade na focalização do programa. Estamos acompanhando de perto [o trabalho do Ministério de Desenvolvimento Social]. O CadÚnico é regulamentado e gerenciado em nível federal, mas ele é implementado no nível municipal.

Valor: Há espaço para melhorias no desenho do Bolsa Família?

Souza: O ideal seria que o valor do benefício fosse per capita, pago por membro da família. Ao mesmo tempo, o pagamento por família é muito transparente. A família entende que vai receber pelo menos aquele determinado valor. O pagamento de benefício per capita talvez não seja tão fácil de ser compreendido. O principal desafio era garantir orçamento para o programa. Esse problema foi resolvido. O desafio agora é a gestão, manter o melhor funcionamento possível.

Valor: Alguns defendem que o programa afeta de forma negativa o mercado de trabalho. Como vê?

Souza: Muita gente se dedicou a estudar o antigo Bolsa Família e não encontrou nenhum efeito. No máximo, efeitos como uma mãe que fica mais em casa para cuidar dos filhos, por exemplo. É claro que o valor agora é muito maior, mas até agora não vi evidência de que é um problema. Pessoalmente, não me preocupo muito com isso, não está na minha lista de preocupações prioritárias em relação à situação social brasileira. No fundo, o que o Bolsa Família faz é dar liberdade para o beneficiário escolher o melhor emprego ou um emprego que combine melhor com suas necessidades e possibilidades. Ele aumenta o

salário de reserva [salário mais baixo para aceitar uma vaga].

"Quem ousaria dizer que é contra reduzir a miséria? Reduzir a desigualdade implica mexer em interesses e benefícios"

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188088?page=8§ion=1>

'No contexto global, Brasil tem situação favorável'

O mexicano Ernesto Torres Cantú assumiu como chefe da divisão internacional do Citi em outubro do ano passado, em meio à reformulação operacional promovida no grupo pela CEO Jane Fraser. Nessa posição, ele supervisiona as operações em 93 países, que respondem por quase 60% da receita do conglomerado. Sediado em Londres - até mesmo para facilitar o relacionamento com diferentes fusos horários -, ele tem uma visão holística da economia global e diz que, em termos relativos, o Brasil está em uma situação bastante favorável.

Cantú esteve recentemente no Brasil, na sua primeira visita desde que assumiu o novo cargo. O país é a quinta maior operação do Citi. Depois dos EUA e Reino Unido, há um bloco bem compacto formado por China, Índia, Brasil e México. Em reuniões com clientes, o executivo diz que os desafios que as grandes empresas enfrentam estão relacionados com a reacomodação das cadeias de suprimentos globais, em função de questões geopolíticas. "Quando isso acontece, quando um cliente decide transferir uma fábrica de um país para o outro, nós estamos nesses dois países, então é mais fácil, eles continuam sendo nossos clientes".

Para o executivo, apesar de desafios recentes, a situação brasileira é positiva, quando comparada com outros países. "Tudo depende do ponto de vista. O Brasil começou 2024 com projeção de **PIB** de menos de 1%, e vai terminar com 3%. Poucos países no mundo estão crescendo nesse nível, especialmente com uma economia tão grande como o Brasil. Em termos relativos, o Brasil parece bem." Mesmo sobre a questão fiscal, que é a principal preocupação dos investidores locais, Cantú diz que a situação brasileira não é ruim.

Segundo ele, a disciplina fiscal é importante em todos os países. "Se não há disciplina, isso é sempre um preâmbulo de mais problemas à frente. No geral, o Brasil tem o arcabouço fiscal, que, apesar de algumas modificações, ainda está em vigor. A expectativa no começo do ano [passado] era que o governo terminaria 2024 com dívida de 90 e pouco por cento do **PIB**, e agora está em 78%. As receitas orçamentárias estão indo bem, e isso é incrivelmente importante para manter a disciplina fiscal. A intenção do governo é manter essa disciplina. Não acho que houve mudança sobre isso." Cantú diz que a América

Latina tem se beneficiado das mudanças nas cadeias globais de suprimento. Alguns países, como o México, são impulsionados pelo "nearshoring" (estratégia de levar a produção para mais perto dos centros consumidores), enquanto outros, como o Brasil, po-

"Economia brasileira tem fundamentos, ferramentas, que deixam muitos países com inveja" Ernesto Cantú dem tirar vantagem do "powershoring" (produzir mais próximo de fontes de energia, preferencialmente limpas). "A economia brasileira tem fundamentos, ferramentas, que deixam muitos países com inveja. Tem um enorme mercado consumidor local, autossuficiência energética, uma matriz limpa, não tem desastres climáticos. Tem todas as condições necessárias para continuar crescendo." Mesmo quando comparado com sua terra natal, o México, Cantú diz que o Brasil está crescendo mais e cita melhorias no ambiente de negócios, como a recém-aprovada **reforma tributária**. O executivo, que foi CEO do Citi Banamex, um dos maiores bancos mexicanos, agora supervisiona a cisão da unidade de varejo, concluída em dezembro, e a oferta inicial (IPO, na sigla em inglês) dela. Segundo ele, o Citi estará pronto para a oferta entre o terceiro e o quarto trimestres deste ano. "Tudo que está sob nosso controle vai acontecer até o fim do ano. Mas a data do IPO depende de aprovações regulatórias e condições de mercado." O Citi ainda não definiu a fatia que será vendida no IPO, mas a ideia no médio prazo é se desfazer de 100% do banco de varejo.

Sobre o futuro governo de Donald Trump nos EUA e seu impacto para a América Latina, Cantú diz que mais tarifas apontam para uma **inflação** mais elevada e, conseqüentemente, taxas de **juros** maiores também. De qualquer forma, ressalta que a economia americana tem se mostrado muito resiliente nos últimos anos. "Os EUA podem adotar determinadas políticas, e aí os outros países reagem. Se a maior economia do mundo está crescendo, isso é bom para todo mundo. [...] De qualquer forma, os EUA são uns 20 e pouco por cento da economia global, o que significa que ainda tem os 75%, 80% restantes."

O lucro do Citi no Brasil cresceu e o banco deve superar a meta que estimava uma expansão de 50% nos ganhos entre 2022 e 2024. Cantú diz que, apesar da falta de IPOs, as emissões de dívida e a atividade de fusão e aquisição (M A, na sigla em inglês) estão

indo bem, e lembra que a área de banco de investimento não é a maior parte da operação local. "O grosso do negócio está em outros setores, que crescem todos. Somos muito fortes em custódia, cash management, câmbio, instrumentos de hedge." Segundo ele, o grupo tem investido muito no país e continuará a fazê-lo. "O Brasil é uma fonte importante de crescimento para o Citi. E um exportador líquido de 'melhores práticas'. Muitas coisas que são feitas aqui eu gostaria de ver replicadas em outras partes do mundo."

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188088?page=2
§ion=4](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188088?page=2§ion=4)**

Ambiente externo mais difícil impõe maior risco fiscal em 2025

Anais Fernandes e Marta Watanabe De São Paulo

Com um ambiente internacional que exige ajuste fiscal mais rápido e uma economia doméstica que deve desacelerar e afetar arrecadação, o governo federal deve enfrentar em 2025 desafios maiores para atingir a meta de resultado primário. Segundo a mediana de 52 projeções de consultorias e instituições financeiras ouvidas pelo Valor, o governo deve fechar 2025 com déficit primário de 0,5% do **PIB**, o que significa resultado 0,25 ponto percentual (p.p.) abaixo da meta de resultado zero, já considerando a banda de tolerância, também de 0,25 p.p.

As estimativas, todas de déficit, variaram de 1,1% do **PIB** a 0,1 % do **PIB**. Para 2024 a mediana indica déficit de 0,3% do **PIB** e, para 2026, de 0,6%.

O calendário eleitoral deve entrar também, na segunda metade de 2025, no centro do radar de quem observa a política fiscal, pelo receio de que o governo, em busca de mais popularidade, adote expansionismo maior das despesas do que as receitas permitirão. A política monetária mais contracionista contratada para este ano traz desafio adicional à consolidação fiscal, já que os juros têm impacto direto no endividamento do país.

A mediana das projeções colhidas na pesquisa do Valor mostra que a dívida bruta do governo central aumenta para 82% do **PIB** ao fim de 2025, ante 78,3% projetados para 2024. Para 2026, o índice estimado é de 85,6% do **PIB**.

Na última semana o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que o governo federal poderá fechar 2024 com déficit primário de 0,1% do **PIB** e crescimento de 3,6% da atividade.

Com menos espaço do ponto de vista do "equilíbrio macroeconômico", 2025 deve ser mais desafiador no âmbito fiscal do que foi 2024, diz Ítalo Franca, economista do Santander.

"Temos ventos de fora menos favoráveis, o que traz mais pressão. No Brasil, terminamos 2024 com **PIB** estimado em 3,5%, o que não deixa de ser positivo, mas não há espaço para crescer muito mais em 2025. O mercado de trabalho está apertado, e parece um pouco mais difícil ter surpresa no emprego sem

impacto na **inflação**. Há menos espaço para mostrar a consolidação fiscal, que teria de ser mais rápida quando o cenário externo está menos favorável", afirma. O Santander projeta déficit primário de 0,6% do **PIB** neste ano para o compute da meta, isto é, sem considerar despesas como o pagamento de precatórios.

O Brasil começa 2025 com um quadro fiscal "muito mais pressionado" do que iniciou 2024, diz Raí Chicoli, economista-chefe da Citrino Gestão de Recursos. "Não tem como melhorar arrecadação via mais medidas. O governo continua buscando isso, mas o Congresso não quer mais."

Do lado da receita, diz, a expectativa não é de crescimento muito forte da arrecadação, tanto por causa do "efeito base", já que o crescimento de 2024 deve ter sido forte, quanto por causa da perspectiva de desaceleração econômica em 2025. Considerando o computado para medir a meta, Chicoli estima déficit primário de 0,27% do **PIB** em 2025.

Mais otimista, Flávio Serrano, economista-chefe do Bmg, projeta déficit para cumprimento de meta de 0,1% em 2025. O economista espera um estímulo fiscal menor do governo neste ano. "Há um Orçamento enviado e teremos que operar com base nele. É um ano um pouco mais desafiador para as receitas. Royalties e dividendos devem ajudar a arrecadação, mas há a pressão de gastos, principalmente os previdenciários. Considerando também os benefícios sociais, as transferências de renda, essas despesas são mais de 50% do gasto total e crescem em termos reais ao mesmo tempo que as receitas devem começar a perder um pouco de dinamismo, especialmente no segundo semestre de 2025."

A principal dúvida do ano, diz Franca, é quando as medidas do fim de 2024 começarão a surtir efeito. "Já houve medidas de julho e de agosto, que começam a ter efeito, mas demora. O ritmo de materialização tem seus desafios. O debate fiscal deve se concentrar mais nas despesas na primeira metade do ano e, no segundo semestre, ganhar preocupação adicional com receitas."

Para Franca, ainda é necessário "um pouco mais de confiança" de que o limite para crescimento real das despesas de 2,5% será cumprido em 2025, o que é

alvo de "muita tensão e grande incerteza". O pacote aprovado no fim de 2024 "foi um primeiro passo", diz, mas há outros avanços necessários. A previsão de gastos com a Previdência, exemplifica, ainda está subestimada. "Vai ter uma pressão de R\$ 10 bilhões a R\$ 15 bilhões, mesmo com pacote, para um bloqueio no começo do ano", calcula. "O segundo passo será a aprovação e discussão do Orçamento [de 2025], e o terceiro será esse bloqueio. Cumprindo esses passos, a depender dessas negociações, teremos um pouco mais de confiança de que o limite será cumprido."

O governo estuda editar um decreto para estabelecer uma regra mais dura para execução dos gastos públicos neste início de ano. A ideia consiste na edição de um decreto em que os ministérios só podem gastar um dezoito avos (1/18) nas primeiras semanas de 2025, enquanto se aguarda a aprovação do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2025 no Congresso.

Chicoli diz acreditar que o governo cumprirá o teto de 2,5% nas despesas, mas ainda há dúvidas, por exemplo, sobre a economia que alcançará com o pente-fino em benefícios sociais anunciado em meados de 2024. "O governo falava em R\$ 25 bilhões; estamos com cabeça mais de R\$ 10 bilhões, R\$ 15 bilhões."

Falta de ambição

O pacote de medidas aprovado no fim de 2024 pode gerar, calcula Chicoli, economia em tomo de R\$ 18 bilhões em 2025. "Pelas medidas apresentadas, não parece haver, no governo, ambição de mudanças muito drásticas nos gastos." No Congresso, diz, houve desidratação de "algo que já não era tão bom". "Ajudará a cumprir o teto, dará mais liberdade para fazer uso das despesas discricionárias [não obrigatórias], mas não gerará grande economia", afirma.

Em 2024, lembra Matheus Pizzani, economista da CM Capital, houve datas simbólicas para o fiscal, como a revisão das metas de primário para 2025 e 2026, em abril. "Foi um ponto de inflexão significativo para o mercado. Em 2025, não espero um movimento dessa natureza", diz.

Para ele, em 2025, as datas de divulgação dos relatórios bimestrais de receitas e despesas tendem a ser os principais eventos fiscais. "Nesses momentos, saberemos como estão as projeções da equipe econômica e, principalmente, o que teremos em termos de contingenciamento e bloqueio. Está nítido que, mesmo com pacote fiscal aprovado, ainda há diferença significativa para a meta que vai exigir equalização das contas públicas", diz.

Por mais que o pacote surta efeitos, há elementos no curto prazo que podem desagradar o mercado, diz Pizzani. "Medidas como mudanças no salário mínimo, no Fundeb e no abono salarial terão de ser acompanhadas no mês a mês para ver se surtem efeito. Não são coisas como a desvinculação dos pisos de saúde e educação, que os economistas conseguem de antemão projetar e colocar na conta. Esse acompanhamento deve gerar turbulência no decorrer do ano", afirma. A CM Capital estima déficit primário de 0,5% do **PIB** em 2025.

Para Gabriel Leal de Barros, economista-chefe da ARX, uma grande preocupação está na "tendência crescente de retirar despesas da regra do resultado primário, para cumprimento da meta". "Minha avaliação é de que o governo tem estratégia de manter a economia rodando acima do potencial. Isso ficou claro com a PEC da Transição, quando as despesas primárias subiram em R\$ 170 bilhões. E depois, ao fim de 2023 e início de 2024, vieram os precatórios pagos de quase R\$ 100 bilhões. Para 2025, temos um uso cada vez maior das estatais e dos fundos por fora do Orçamento." Ao fim de 2024, ressalta, o Executivo usou decisão do Judiciário e publicou medida provisória (MP) para tirar despesas de combate a efeitos de desastres climáticos por fora da regra de gastos e da meta de resultado primário. Barros se refere à MP nº 1.282, de 24 de dezembro, que abriu crédito extraordinário no valor de R\$ 6,5 bilhões para o Ministério das Cidades, para recuperação de infraestrutura em áreas afetadas por eventos climáticos extremos.

Barros projeta para 2025 déficit de 0,4% do **PIB**. Para 2026, o déficit primário total estimado é de 1,5% e para a meta, em torno de 0,8%. "A piora em 2026 vem porque é ano eleitoral e deve haver gasto por fora. Dificilmente, o governo vai aceitar desaceleração da economia no ano que vem, porque o que está em jogo é a eleição, e essa é a pauta mais cara para o governo", afirma.

Com a desaceleração econômica no segundo semestre de 2025, diz Serrano, do Bmg, as revisões bimestrais devem apontar em algum momento um cenário mais desafiador. Pode ser que no curso do ano, a equipe da Fazenda venha com outras medidas para tentar melhorar a dinâmica da receita e atingir ao menos a banda inferior da meta, diz. "Nesse processo, em algum momento do ano, ficaremos abaixo da meta, e o governo terá de contingenciar, mas acho que a solução vai se dar por aumento de **impostos**, pelo lado da receita."

Mesmo cumprindo o arcabouço, chegou-se a um ponto em que o governo não vai observar grandes

efeitos sobre os ativos, porque, agora, o grande problema é a trajetória da dívida, observa Chicoli. A Citrino estima uma relação dívida bruta/**PIB** do governo central em 81,4% ao fim de 2025. Para 2026, a projeção avança para 85,6%.

Economistas notam que a dívida pública até deve recuar levemente no fim de 2024. Passou de 77,8% em outubro para 77,7% em novembro, por causa de fatores como um **PIB** nominal (incluindo a **inflação**), que é o denominador da relação, mais alto. E deve seguir caindo em dezembro, principalmente por causa da forte venda de dólares pelo BC.

Esse movimento, no entanto, deve acabar sendo compensado por uma trajetória mais pressionada no curto prazo, diante de juros mais elevados. O Santander espera que a Selic atinja pico de 15,5% em 2025. Franca nota que cada ponto a mais de Selic "custa" para a dívida do governo R\$ 50 bilhões, em termos anualizados.

"O mercado presta muita atenção tanto nas despesas quanto nessa pressão de juros, porque a dívida está em uma tendência mais alta. O cenário deu uma mudada", diz Franca. Para a melhora de preços de ativos brasileiros e um ambiente mais benigno à frente, avalia, é preciso de mais medidas e mais confiança na consolidação fiscal. O Santander estima que o endividamento bruto do governo federal fique próximo de 83% do **PIB** ao fim de 2025.

"Não tem como melhorar arrecadação via mais medidas, mas o governo continua buscando isso" Raí Chicoli

"Há um Orçamento enviado e temos que operar com base nele. É um ano mais desafiador" Flávio Serrano

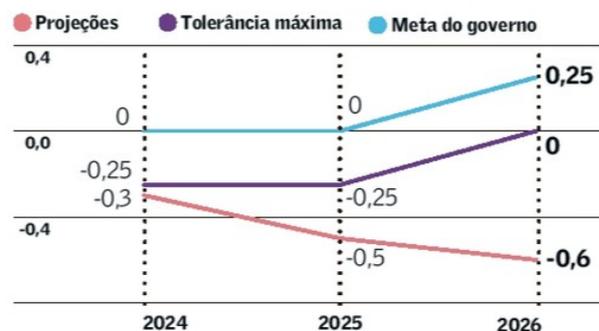
Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188088?page=8§ion=1>

Projeções Fiscais

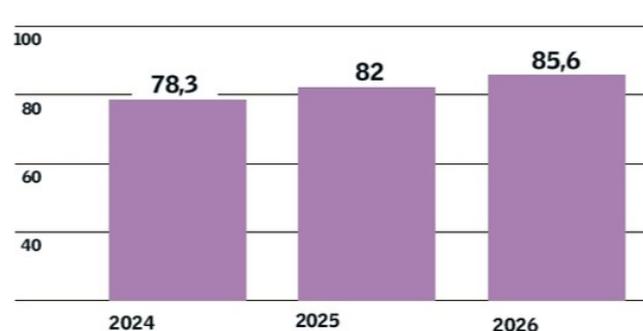
Economistas veem ainda mais desafios para metas deste ano

Resultado primário para fins da meta - em % do PIB



Fonte: Instituições financeiras e consultorias

Dívida bruta - em % do PIB



A crise nasceu na Política e a solução deve vir da Política - BRUNO CARAZZA

BRUNO CARAZZA

Bruno Carazza é professor associado da Fundação Dom Cabral e autor de "O País dos Privilégios (volume 1) e "Dinheiro, Eleições e Poder", ambos pela Companhia das Letras.

Escreve às segundas-feiras E-mail bruno.carazza@gmail.com

O ano começa com uma crise cuja origem é sobretudo psicológica. Afinal, é preciso reconhecer os acertos da equipe econômica, a despeito do balanço negativo que fizemos aqui nas últimas colunas de 2024. Os ministros Fernando Haddad e Simone Tebet têm consciência da gravidade da situação fiscal e buscam soluções para equacioná-la.

Correções tributárias foram implementadas e, mesmo quando perderam os embates no Congresso, conseguiram conter a sangria de recurso, como nos casos dos limites à desoneração da folha e do Perse.

Mas se a dívida pública saltou de 71,4% para 77,8% do **PIB** desde o início do mandato, claramente o arcabouço fiscal tem sido insuficiente. E quando o anúncio do tão aguardado "ajuste pelo lado da despesa" veio não apenas com propostas aquém do necessário, mas ainda acompanhado de sinais dúbios de compromisso da cúpula do governo com essa agenda e, pior, do respaldo político dos ministros da Fazenda e do Planejamento - disparou-se o gatilho da desconfiança dos agentes do mercado.

Desde então o ministro Haddad e o próprio presidente Lula entraram num estado de negação, imputando à especulação financeira a responsabilidade pela disparada do dólar e cios juros. Acontece que a persistência desses sintomas pode levar a efeitos bastante concretos na economia real ao longo de 2025 e além.

Com o dólar acima de R\$ 6,00 há ganhadores - como o agro, a mineração e a Petrobras - e a geração de divisas para o país, mas a elevação do custo de insumos básicos, máquinas e equipamentos tendem não somente a impactar a **inflação** quanto a exigir cortes de despesas que podem afetar o emprego.

No lado do crédito, o patamar já anunciado de Selic a

14,25% a partir de março inviabiliza os planos de investimentos de muitas empresas, colocando em dúvida a capacidade de resiliência da economia brasileira em entregar um crescimento de 2% do **PIB** em 2025.

Outra adversidade derivada da combinação de juros altos e real desvalorizado foi levantado em matéria de 6/01 elaborada por Fernanda Guimarães e Mônica Scaramuzzo aqui no Valor. O alto endividamento de empresas grandes e médias, seja com valores tomados no exterior, seja em operações internas atreladas ao CDI, tendem a gerar uma onda de pedidos de recuperação judicial e extrajudicial, segundo especialistas que se debruçaram sobre os balanços contábeis no meio empresarial.

Para piorar, não dá para se esperar ajuda vinda lá de fora.

O retorno de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos já levou a uma tendência de valorização do dólar frente às principais moedas internacionais, diante da perspectiva de uma administração que priorizara o protecionismo, a redução de **impostos** e o combate à imigração - todas medidas que têm como efeito direto ou indireto uma maior **inflação**.

A perspectiva de os títulos da dívida americana voltarem para o patamar de 5% ao ano em breve mostra-se uma "oportunidade incrível" para os investidores, como descrito em relatório recente do Citigroup -dando uma medida do potencial de atração de capitais para o principal centro financeiro mundial, dando ainda mais força para o dólar frente às moedas dos outros países, inclusive o real.

Do outro lado do globo, crescem os temores de que a China inicie um processo de "japanização", com a estagnação da demanda mesmo diante de estímulos monetários e fiscais. Embora não seja nenhuma hecatombe no curto prazo, é prenúncio de que não devemos esperar alento de nosso principal parceiro comercial.

O ciclo se completa quando se projetam os impactos desse contexto econômico adverso sobre a corrida eleitoral de 2026. A pesquisa divulgada na semana passada pela Tendências Consultoria, indicando um crescimento do percentual de domicílios pertencentes

às classes A, B e C durante o terceiro mandato de Lula, além de ser motivo de comemoração, deveria ligar o sinal de alerta quanto aos desafios que se apresentam para a disputa presidencial.

De acordo com a pesquisa, a combinação do aquecimento do mercado de trabalho com a valorização do salário mínimo e o incremento nos benefícios sociais levaram a uma expansão no número de domicílios com renda familiar superior a R\$ 3.400 mensais, que pela primeira vez desde 2015 superaram o percentual de famílias pertencentes às classes D e E.

Acontece que essa população que ascendeu ou retornou à classe C mostra-se muito dependente da situação econômica para se manter lá. De acordo com a Tendências, 90,8% da sua renda vem do trabalho, enquanto quase 2/3 das suas despesas concentram-se na tríade habitação, alimentação e transporte. Isso significa que uma deterioração do mercado de trabalho ou o encarecimento do custo de vida, numa perspectiva de juros e dólar muito pressionados, pode jogar essas famílias novamente para a pobreza.

Lula e seu entorno político precisam ser convencidos de que a reversão do quadro de perda de credibilidade da política econômica não representa uma capitulação diante das exigências especulativas do mercado, mas sim a tentativa de conservar os ganhos para uma parcela da população que pode ser decisiva nas eleições do ano que vem.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188088?page=8
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188088?page=8§ion=1)**

'México não é subalterno dos EUA', diz Sheinbaum

A presidente mexicana Claudia Sheinbaum, prometeu ontem, em um discurso para multidões de apoiadores dias antes da posse de Donald Trump nos EUA, que o México não irá se subordinar ao seu vizinho do norte.

Os laços entre as duas nações permanecerão fortes e o diálogo prevalecerá, disse Sheinbaum durante o discurso em uma praça da Cidade do México para marcar seus primeiros 100 dias no cargo. Ela destacou a colaboração anterior entre Trump e seu antecessor, Andrés Manuel Lo-peç Obrador, citando um acordo de livre comércio revisado da América do Norte.

"Sempre estaremos de cabeça erguida", disse Sheinbaum sobre as relações EUA-México. "O México é um país livre, independente e soberano. Como eu disse, nós coordenamos e colaboramos [com os EUA], mas não somos subalternos."

A equipe de Trump já pressiona o México sobre migração e fluxos de bens ilícitos antes mesmo de assumir o cargo em 20 de janeiro, ameaçando impor tarifas de 25% sobre produtos mexicanos. O presidente eleito dos EUA também disse na semana passada que queria renomear o Golfo do México e afirmou que a segunda maior economia da América Latina era "administrada pelos cartéis", aumentando ainda mais as tensões.

Sheinbaum elogiou os mexicanos que vivem nos EUA, dizendo que eles enviam para casa cerca de US\$ 65 bilhões em remessas enquanto contribuem para a maior economia do mundo consumindo, economizando e pagando **impostos**. "Eles são trabalhadores extraordinários em campos, construção e serviços, e são grandes cientistas universitários", disse ela.

Separadamente, o México espera receber recordes de investimento e financiamento de projetos em 2025, apesar do "barulho" vindo dos EUA, disse Edgar Amador, subsecretário de Finanças e Crédito Público, à "Latin Finance" em uma entrevista publicada ontem.

Amador disse que o governo Sheinbaum apresentará hoje um roteiro para atrair investimentos privados e apresentar investimentos públicos estratégicos. O plano reforçará a mensagem de que os laços EUA-México são sólidos.

Os primeiros 100 dias do governo de Claudia Sheinbaum foram marcados pelas reformas constitucionais herdadas de López Obrador, que reformularam as instituições básicas do Estado, pelas mudanças na área de segurança e pelas incertezas econômicas e políticas, sobretudo devido as ameaças tarifárias de Donald Trump.

"Não há precedente histórico recente para um processo de transição tão complexo, tão complicado interna e externamente", segundo o acadêmico Carlos Pérez Ricart, do Centro de Pesquisa e Ensino Econômico.

Desde que o Congresso resultante das eleições de junho foi empossado, mudanças entraram em vigor em mais de 60 artigos da constituição mexicana. Metade delas foi aprovada no governo de López Obrador e representam uma reestruturação de partes importantes do Estado mexicano e uma concentração de poder.

"Não sei para onde vai todo esse poder", disse Pérez Ricart.

O Estado pode voltar a retomar o controle sobre setores-chave, retirando poder das redes criminosas e implementando mais políticas públicas, o que o acadêmico acredita que seria positivo. "Ou pode levar em um processo de centralização que silenciará as críticas, tornará o Congresso ineficaz e consolidará um Estado de partido único". "Ambos os horizontes estão abertos", disse ele.

A mudança mais significativa é a reforma do Judiciário, a mais criticada porque, para muitos, significará a politização da Justiça ao tornar os juizes eleitos pelo voto popular. Órgãos autônomos também foram abolidos e mudanças constitucionais foram protegidas.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188088?page=8§ion=1>

Desafios na área fiscal serão maiores em 2025

ROSANA HESSEL

O novo arcabouço fiscal tem encontrado dificuldades para ficar em pé desde a sua aprovação e, após a primeira alteração - antes mesmo de um ano de vigência da regra -, em abril de 2024, ganhou uma pequena sobrevida com a aprovação pelo Congresso Nacional do pacote fiscal, proposto pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, no fim do ano passado.

Apesar de o governo seguir tentando conter os ânimos do mercado financeiro - maior credor da dívida pública - com o discurso de que tem o compromisso de respeitar o arcabouço, o consenso entre analistas é que um ajuste fiscal de verdade, se ocorrer, virá apenas a partir de 2027, em um novo mandato. A visão dos analistas é que a perna fiscal seguirá manca no tripé macroeconômico, criado desde o Plano Real para buscar o crescimento sustentável da economia.

De acordo com especialistas, as medidas previstas no pacote fiscal foram consideradas insuficientes pelo mercado e a previsão de cortes de gastos pelo governo ficou R\$ 2,1 bilhões menor do que os R\$ 71,9 bilhões estimados inicialmente.

E, segundo eles, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva dificilmente fará algum corte mais drástico neste ano e no próximo.

Essa certeza é que tem feito com que o dólar rompesse o patamar de R\$ 6 desde a apresentação do pacote fiscal, no fim de novembro, diante da perspectiva de piora para a dívida pública bruta que poderá continuar crescendo enquanto o governo não retornar a registrar superavit primário.

O consenso entre as previsões para o fechamento das contas em 2024 é de que o governo conseguirá cumprir a meta do novo arcabouço, mas pelo piso, que permite um rombo de até 0,25% do Produto Interno Bruto (**PIB**), e, mesmo assim com vários descontos de gastos que foram retirados da conta, como precatórios - dívidas judiciais da União, que foram pedaladas no governo anterior e ajudaram no fechamento das contas no azul em 2022, o único desde 2014 - e, socorro para as enchentes no Rio Grande do Sul e para as queimadas.

Demora

A economista Silvia Matos, coordenadora do Boletim Macro do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre), ressalta que o governo demorou muito para divulgar o pacote fiscal. E, quando o fez, anunciou também uma medida de renúncia de isenção do Imposto de quem ganha até R\$ 5 mil, o que contribuiu para a perda de credibilidade do compromisso de reequilibrar as contas, o que fez o dólar disparar e o real desvalorizar quase 30% em 2024.

Pelos cálculos da Unafisco Nacional, o impacto nas contas públicas dessa medida pode chegar a R\$ 51 bilhões, mais da metade dos R\$ 69 bilhões previstos com o pacote anunciado.

"Estamos convivendo com deficit nas contas públicas por um período prolongado e, como não há superavit, o rombo fiscal está sendo financiado com aumento de dívida. E, um país em que o governo é deficitário e tem uma dívida alta para cobrir os gastos para estimular a economia, no fundo, gera mais **inflação**", alerta a economista do Ibre.

Dívida Pública

Analistas alertam que quando a dívida pública bruta de um país emergente como o Brasil, com juros de dois dígitos, fica insustentável, se ultrapassa 80% do **PIB**. "Com esse quadro de deficit primário, o país é como aquela pessoa superendividada, que acaba gastando e não tem condição de sair do rotativo do cartão de crédito", compara Matos.

Vale lembrar que o quadro da dívida pública bruta é bastante preocupante. Em dezembro de 2014, conforme dados do Banco Central, a dívida pública bruta somava R\$ 3,2 trilhões, o equivalente a 63,4% do **PIB**. E, em novembro de 2024, chegou aos inéditos R\$ 9,1 trilhões, o equivalente a 77,7% do **PIB** - aumento de 184,4% em uma década.

E, para piorar, analistas lembram que o ritmo de aumento da dívida está preocupante, pois acelerou para três a quatro pontos percentuais por ano.

Por conta desse quadro, analistas alertam para o risco do forte crescimento da dívida pública sem que o governo consiga voltar a ter superavit primário.

A economista e especialista em contas públicas Selene Peres Nunes, uma das autoras de Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), demonstra preocupação com o atual quadro das contas públicas. "O quadro fiscal é muito ruim, e, por isso, o governo vem se contentando em cumprir a banda inferior da meta, e, mesmo assim, incluindo despesas em várias exceções.

Logo, a dívida continuará crescendo, mas o país não suporta mais isso e, no cenário de referência do Tesouro, o governo depende de aumento de receitas que não estão muito bem explicadas", declara. "O governo está chegando no ponto em que cortar despesa discricionária não será suficiente e será preciso mexer na Constituição e rever as vinculações e outras despesas obrigatórias", alerta.

Deficit

Pelas projeções do Tesouro divulgadas no fim de dezembro, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva não conseguirá fechar as contas públicas no azul antes de 2027. Já pelas estimativas da Instituição Fiscal Independente (IFI), do Senado Federal, o quadro é muito mais preocupante no cenário base, que prevê superavit primário apenas depois de 2030. Para Alexandre Andrade, diretor da IFI, os desafios do governo seguem sendo aumentar a receita líquida em um ponto percentual do **PIB** e controlar o ritmo das despesas.

"E, nas contas que atualizamos em dezembro, o primário necessário para estabilizar a dívida bruta passou para 2,4% do **PIB**", acrescenta.

Andrade reconhece também que, com a disparada do dólar e as perspectivas do mercado de uma **inflação** mais elevada neste ano, podendo ultrapassar 6% e a taxa básica da economia (Selic), atualmente em 12,25% ao ano, mas podendo ultrapassar 15% em dezembro, fazem com que o cenário pessimista da IFI, que é pior do que o básico, seja o mais provável. Nos dois cenários da entidade, a dívida pública bruta ultrapassará 80% do **PIB** neste ano. E, no pessimista, ultrapassará 100% do **PIB** em 2027, algo que só ocorreria em 2030 no básico.

Ajuste

O economista e especialista em contas públicas Manoel Pires, professor da Universidade de Brasília (UnB) e da FGV, alerta, também, que os cenários internacional e doméstico exigem que um ajuste fiscal seja feito pelo governo, mas há muitos desafios, após a atividade econômica ter crescido em 2024 acima do **PIB** potencial, o que gera mais pressões inflacionárias.

No entanto, ele considera a reação do mercado financeiro com o pacote fiscal exagerado, pois, na opinião dele, o governo está fazendo o ajuste que é possível.

"A economia está pedindo que o governo faça um ajuste fiscal. E o governo apresentou um pacote fiscal, mas ele ficou abaixo do esperado pelo mercado, e ele reagiu mal. Mas existe uma crença errada do mercado, porque, desde 2015, estamos nessa batalha e nenhum governo conseguiu apresentar um pacote fiscal", afirma. Contudo, reconhece que o governo acabou contribuindo para essa reação exagerada do mercado ao misturar os anúncios da isenção do Imposto de Renda junto com as medidas de redução de gastos.

Luis Otávio Leal, economistachefe da G5 Partners, considera que o pacote deu uma "sobrevida ao arcabouço". "O fiscal fica ruim, tanto pelo primário, que fica com um 'pequeno deficit', quanto pelo nominal, que fica comprometido pelos juros altos. Mas a solução desse problema não é baixar os juros", afirma.

Na avaliação de Leal, o governo precisa responder a pergunta sobre o motivo pelo qual os juros estão altos, apesar de o deficit fiscal de 2024 ser menor do que o de 2023. "O problema é como é alcançado esse 'pequeno deficit', uma vez que as receitas estão crescendo a um ritmo de 10% em termos reais, mas as despesas estão crescendo acima desse ritmo.

E é isso que faz com que a economia esteja crescendo acima do potencial e a **inflação** esteja divergindo ao invés de convergindo", explica.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6867/13-01-2025.html?all=1>

Projeções conflitantes

Assim como o mercado, o Tesouro Nacional não prevê déficit zero antes de 2027, ou seja, no próximo governo. E, pela IFI, do Senado Federal, isso só ocorrerá na próxima década.

IFI - Resultado Primário (% do PIB)

Ano	Setor Público Consolidado	Governo central
2023	-2,29	-2,44
2024	-0,36	-0,42
2025	-0,71	-0,71
2026	-1,05	-1,00
2027	-1,04	-1,03
2028	-1,17	-1,14
2029	-1,32	-1,29
2030	-1,45	-1,41
2031	-1,59	-1,55
2032	-1,68	-1,65
2033	-1,28	-1,24
2034	-1,21	-1,17

Evolução da dívida pública bruta**Projeções - Em % do PIB**

Ano	IFI	Tesouro
2023	73,8*	73,8*
2024	78,3	77,7
2025	81,4	79,7
2026	86,3	81,7
2027	91,0	81,8
2028	95,3	81,6
2029	99,0	81,1
2030	102,3	80,5
2031	105,9	79,7
2032	109,6	78,6
2033	112,9	77,3
2034	116,3	75,6

*dado do Banco Central

Visão mais otimista**Projeção do Tesouro Nacional para o resultado primário do governo central**

Ano	R\$ bilhões	% do PIB
2023	-230,5	-2,1
2024	-68,8	-0,6
2025	-44,1	-0,4
2026	-17,3	-0,1
2027	87,6	0,6
2028	153,2	1,0
2029	203,7	1,2
2030	250,2	1,4
2031	304,7	1,6
2032	363,4	1,8
2033	431,3	2,0

Estimativas do Tesouro a dívida pública bruta

Ano	Valores nominais no acumulado do ano - Em R\$ trilhões
2023	8,1
2024	9,0*
2025	9,9
2026	10,9
2027	11,7
2028	12,5
2029	13,3
2030	14,1
2031	14,9
2032	15,7
2033	16,4
2034	17,2

*até novembro, a dívida pública bruta já somava R\$ 9,1 trilhões

Fontes: Tesouro Nacional, IFI e Banco Central

Câmbio traz risco para meta de inflação também em 2025

Anais Fernandes e Lucianne Carneiro De São Paulo e do Rio

O choque cambial atingiu o Brasil em 2024 em meio a um quadro inflacionário que já não era fácil, aumentando a pressão para 2025 e empurrando as projeções do índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de um intervalo entre 4% e 5% para 5% a 6%, ou até mais. Se confirmado, será o segundo ano seguido de **inflação** não apenas acima do centro da meta, atualmente em 3%, mas também do teto de tolerância, hoje de 4,5%.

O IPCA fechou 2024 com alta de 4,8%, estourando o teto da meta e interrompendo a trajetória de desinflação iniciada após atingir 10,1% em 2021 - em 2022, recuou para 5,8%, e, em 2023, para 4,6%. É a oitava vez que o IPCA do ano ultrapassa a banda da meta desde que o sistema foi criado, em 1999, nota Luis Otávio Leal, economista-chefe da G5 Partners.

"Concordo com algumas avaliações de que uma **inflação** de 4,8% não é muito para o padrão do Brasil. Mas, para um regime de metas, é completamente descabido. Isso retroalimenta a desancoragem das expectativas, e o Banco Central está desgastando sua credibilidade", afirma Étore Sanchez, economista-chefe da Ativa Investimentos.

Após a divulgação do IPCA de dezembro na sexta-feira - que subiu 0,52%, em linha com o consenso de mercado -, o banco Barclays elevou a projeção de IPCA em 2025 para 5,2%, de 4,7%. Já o BNP Paribas subiu para 5,6% em 2025, de 4,7%, e para 4,2% em 2026, de 3,6%.

"A percepção generalizada na economia é que a **inflação** está em outro patamar", diz Tomás Goulart, economista-chefe da Novus Capital, projetando 6% para o IPCA ao fim do ano. A **inflação** de serviços vai subir a despeito da esperada desaceleração da atividade, "porque perdemos as expectativas, que só vão mudar se houver uma postura fiscal diferente", diz.

Na comparação com 2023, a elevação da **inflação** resulta da aceleração dos preços livres, que representam 74% do IPCA e saíram de 3,1% para 4,9% em 2024. A alta dos preços administrados (definidos por contrato ou órgão público) desacelerou de 9,1 % para 4,7%.

Da decomposição que o próprio BC faz dos preços livres, a maior contribuição para a aceleração veio da alimentação no domicílio, que passou de deflação de 0,5% em 2023 para **inflação** de 8,2% em 2024, influenciada por eventos climáticos e desequilíbrios entre oferta e demanda, diz Gino Olivares, economista-chefe da Azimut Brasil Wealth Management.

A **inflação** de serviços, a rigor, nota Olivares, desacelerou de 6,2% em 2023 para 4,77% em 2024. Já a **inflação** dos bens industriais subiu de 1,1% para 2,9%, influenciada pela redução da deflação global e pela depreciação do real.

O problema é que medidas tendenciais nunca se alinharam completamente à meta de **inflação** de 2024. A média dos cinco núcleos (métricas para suavizar o efeito de itens voláteis) mais acompanhados pelo BC fechou 2024 nos mesmos 4,3% de 2023.

Pela média móvel trimestral anualizada e dessazonalizada - forma de suavizar movimentos mensais e ainda captar o comportamento "na ponta" de modo mais dinâmico do que a em 12 meses -, os núcleos fecharam 2024 com alta de 5,4%, a maior marca desde maio de 2023, diz o Barclays.

Especificamente o núcleo EX-3 - que, de acordo com o próprio BC, reflete melhor a dinâmica inflacionária dos componentes mais sensíveis à política monetária e à atividade - subiu 4,4% no ano, distanciando-se rapidamente de seu nível anual mais baixo em 40 meses, de 3% em junho passado.

Ao mesmo tempo, a **inflação** dos serviços subjacentes - mais ligados ao ciclo econômico e importantes para o BC - acelerou de 4,8% para 5,8%. Além disso, os serviços em geral, embora tenham desacelerado entre 2023 e 2024, continuam com **inflação** acima da média pré-pandemia (2017 a 2019) de 4,2%, diz o Barclays. "Esse grupo continua a exigir atenção", afirma Roberto Secemski, economista-chefe para Brasil do banco.

Na média móvel trimestral, os serviços subiram 8,8% em dezembro, segundo a G5, nível visto pela última vez em setembro de 2022.

Entre os itens que exemplificam pressões bem acima

do centro da meta de **inflação** do ano passado, Secemski cita a alimentação fora de casa, que subiu 6,3% em 2024. Além disso, observa, a **inflação** dos serviços intensivos em mão de obra fechou 2024 em 5,5%, sem alívio ante o fim de 2023.

"Essa é a direção esperada, a de aceleração e pressão nos primeiros cinco meses deste ano. Ademais, para 2025, esperamos alta de 6,7% de serviços subjacentes e de 6,1% para intensivo em mão de obra", afirmam Andréa Ângelo e Guilherme Gomes, da Warren Investimentos, em comentário. Para o IPCA de 2025, eles veem alta de 5,4%, "com balanço de riscos altista", dizem.

A forte desvalorização cambial deve impulsionar ainda mais a alta esperada para a **inflação** de bens industriais, em um contexto de novas barreiras comerciais pelo mundo, um efeito que já apareceu com clareza nos dados de dezembro.

Os bens industriais, nota Secemski, chegaram a registrar mínima de 0,3% no acumulado em 12 meses em abril de 2024 - fecharam 2024 com alta de 2,9%. Os industriais subjacentes, por sua vez, encerram o ano com **inflação** de 2,4%, quase o mesmo nível de 2023. "A recente depreciação do real está afetando alguns preços no atacado, bem como alguns preços de bens comercializáveis e industriais na cesta do IPCA", afirma Secemski. A **inflação** de bens comercializáveis saltou de 0,6% em 2023 para quase 6% em 2024 - a maior taxa anual em 21 meses -, ultrapassando os bens não comercializáveis, que desaceleraram de 5,1 % para 4,1 %.

Só em dezembro, os preços dos bens industriais subiram 0,64%, após alta de 0,19% em novembro, ou seja, mais do que compensando os descontos na Black Friday. Por isso, para economistas, a maior parte da surpresa altista em bens no mês corresponde ao início desse repasse cambial. Nesse sentido, chamou a atenção, por exemplo, a alta de 0,65% de "artigos de residência" em dezembro, quando a expectativa era de estabilidade, segundo Leal. Ou então a alta de 0,51% nos preços de bens duráveis como um todo, ante projeção de 0,34%, diz Lucas Barbosa, economista da AZ Quest.

Ângelo e Gomes estimam que cerca de 10% da depreciação do real, de mais de 20% em 2024, foi repassado aos preços no segundo semestre do ano passado. "Ainda falta o restante", afirmam.

"Seguimos vendo uma dinâmica desafiadora para o IPCA nos próximos meses, tendo em vista a dinâmica de repasse cambial para o varejo que tem sido contratada", diz a Kínitro Capital, em **comunicado** a clientes, ao projetar IPCA de 6,5% em 2025. "O

câmbio mais desvalorizado do que se esperava sinaliza que o conjunto de preços industriais poderá acelerar para perto de 3,4% neste ano", diz Bruno Imaizumi, da LCA4intelligence.

Sobrou para os alimentos serem "o fiel da balança" para definir se a **inflação** de 2025 ficará mais perto de 5% ou de 10%, diz Goulart, da Novus. "Todos os outros fatores estão mostrando que a pressão é além de 5%, que pode ser acima dos 6% que projetamos."

De um lado, o câmbio gera pressão para alguns alimentos; de outro, safras recordes e o clima podem ajudar. "A gente tem uma perspectiva de preços dos alimentos favorável para 2025", diz Nelson Rocha Augusto, presidente e economista-chefe do BRP. Isso, junto com uma "folga grande" em energia e um câmbio que pode retornar a R\$ 5,80, faz o BRP ver um IPCA mais perto de 4% do que de 5% em 2025. "Muito provavelmente a **inflação** da alimentação ficará bem abaixo do que foi no ano passado; mas o BC não pode depender disso", diz Olivares.

"A percepção generalizada é que a **inflação** está em outro patamar" Tomãs Goulart

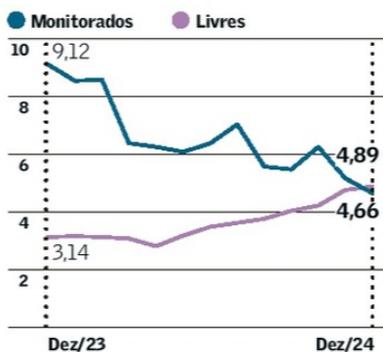
Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188088?page=8§ion=1>

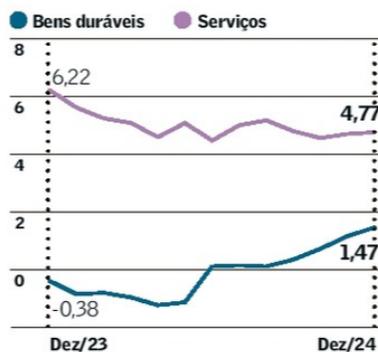
Qualidade ruim

Variação acumulada em 12 meses de métricas selecionadas - em %

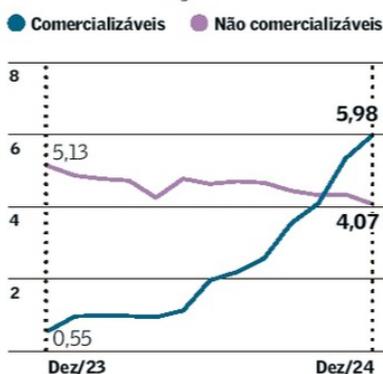
Preços administrados x de mercado



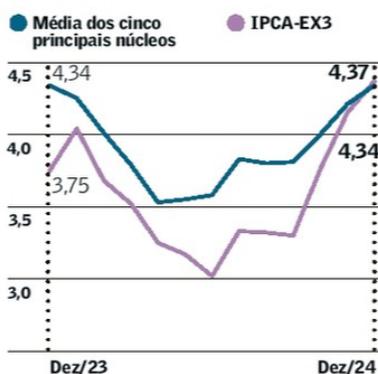
Por categoria de uso



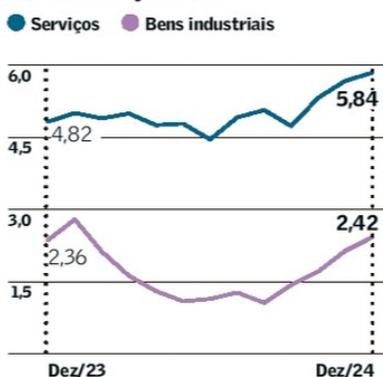
Por comercialização



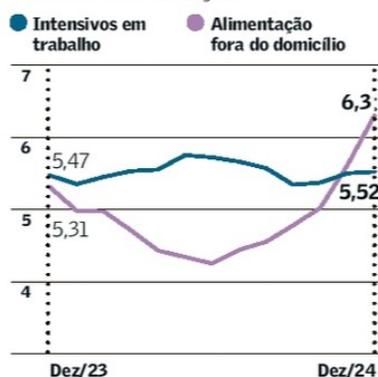
Medidas de núcleo



Medidas subjacentes



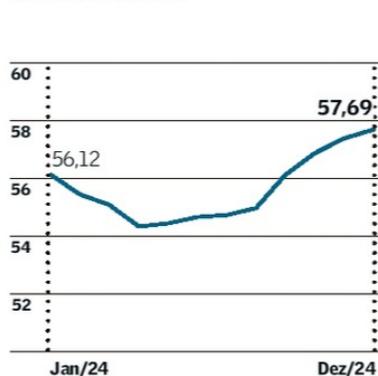
Aberturas de serviços



Aberturas de alimentação no domicílio



Índice de difusão



Fonte: MCM Consultores

Vitórias da AGU no Judiciário somam R\$ 1 trilhão

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (FT) conseguiu importantes vitórias no Judiciário em 2024 que vão evitar perdas de mais de R\$ 1,097 trilhão aos cofres públicos - maior quantia registrada nos últimos seis anos. Para se ter uma dimensão, o valor, que não inclui casos tributários, corresponde a quase 10% da projeção do Produto Interno Bruto (**PIB**) de 2024.

Os êxitos da Advocacia-Geral da União (AGU) no Supremo Tribunal Federal (STF) ajudaram a subir os números, em especial, em reviravoltas a favor da União, como ocorreu no julgamento das teses da revisão da vida toda e da correção das contas do FGTS.

Em 2024, a taxa de sucesso de decisões favoráveis à União no STF foi 76,2% em um universo de 2.798 decisões judiciais - estão excluídas desta taxa as ações de controle concentrado como as ações diretas de inconstitucionalidade.

Essas vitórias na Justiça ajudam na meta fiscal porque impedem desembolsos futuros que a União teria caso perdesse as ações. No entanto, a AGU e especialistas ponderam que os cálculos são feitos levando em consideração os piores cenários, o que pode inflar os números.

Na direção do atual advogado-geral da União, Jorge Messias, a orientação é para que sejam priorizados processos com impacto fiscal, o que ajuda a explicar o salto nos valores. "O resultado mostra o empenho da AGU em colaborar com o esforço fiscal do governo. Temos trabalhado de forma alinhada com o Ministério da Fazenda para assegurar que as contas públicas estejam estruturadas", afirma Messias.

Nos dois primeiros anos do governo Lula, o impacto econômico gerado por vitórias da União no Judiciário foi 49,16% maior do que nos dois primeiros anos do governo do ex-presidente Jair Bolso na -ro, conforme os dados presentes nos relatórios de gestão da AGU.

Especialistas consultados pelo Valor indicam que o aumento pode ser relacionado à postura política diferente da atuação da AGU nos dois governos, seja por diálogo maior do governo Lula com ministros do STF em comparação com o governo Bolsonaro, seja por escolhas sobre o que litigar na Justiça.

"Além do diálogo entre o advoga -do-geral e os ministros, o que torna o fluxo processual mais facilitado, a gente tem ou rio fator que é a diretriz governamental. O governo anterior tinha uma linha de liberalismo econômico extremado, fazia com que a advocacia pública abdicasse de créditos a que o estado tinha direito", explica Volgane Carvalho, professor da PUC-MG.

Para Eloísa Machado, professora da FGV, a atuação da AGU no governo Bolsonaro focou em defender suas políticas. "Até mesmo as evidentemente inconstitucionais, como desmatamento."

Cinco processos ajudaram a AGU a chegar ao impacto econômico de R\$ 1 trilhão. Um deles é o da correção do FGTS, que estava avaliado em RS 543 bilhões. Nesse caso, a articulação de Messias foi imprescindível -o advogado enumerou uma série de impactos econômicos e sociais em plenário, como o financiamento de obras privadas e públicas.

Mas a cartada final foi a apresentação horas antes do julgamento de iun acordo fumado entre o governo e as centrais sindicais para manter o mesmo índice de correção (Taxa Referencial +3%), mas garantindo que ela não fosse inferior à **inflação**. Pela proposta do relator, Luís Roberto Barroso, e que já tinha adesão de outros ministros, o FGTS deveria render como a poupança, uma perda parcial para a União.

A revisão da vida toda foi outra vitória da União. Embora ainda existam recursos, a União já contabiliza o impacto de RS 500 bilhões a seu favor. Nesse caso, os aposentados chegaram a vencer no próprio STF por meio de um recurso extraordinário e poderiam escolher a melhor forma de cálculo da aposentadoria. Meses depois, no julgamento de outra ação, uma ação direta de inconstitucionalidade (ADI), o STF acolheu os argumentos da União e derrubou a revisão da vida toda ao entender pela validade da lei que a instituiu.

O advogado João Badari, diretor de demandas judiciais do Instituto de Estudos Previdenciários (IE-PREV), lembra que o processo da revisão da vida toda ainda não terminou e que a União insuflou os números ao calcular a possibilidade de 50 milhões de possíveis ações quando existem apenas 100 mil tramitando. "A grande questão debatida em plenário foram os custos da revisão da vida toda. Nós levamos estudos

elaborados por especialistas que apontavam custo de R\$ 3 bilhões em 10 anos, enquanto a AGU apontava R\$480 bilhões."

Na avaliação do advogado Leonardo Pessoa, as cifras altas de impacto trazidas pela União nos processos contribuem para sensibilizar os ministros. Pessoa lembra que a União utiliza com frequência da tese da reserva do possível, ou seja, que o Estado tem recursos finitos e precisa administrá-los pensando no bem-estar social. "O Supremo hoje é pacífico de que, analisando a situação econômica, ele vai dar decisões favoráveis em saúde e educação."

Consta ainda na lista das ações que ajudaram no bom desempenho da União, a continuidade temporária dos aterros sanitários em áreas de proteção permanente, cujo impacto estimado era de R\$ 49 bilhões. Além dos acordos de conciliação relacionados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), no valor de R\$ 12,2 bilhões.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188088?page=2
§ion=4](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188088?page=2§ion=4)**

Governo vai adotar novas medidas fiscais em 2025 para manter arcabouço, afirma secretário

Thaís Barcellos

O secretário executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, sinaliza que o governo deve adotar novas medidas fiscais neste ano - que podem diminuir as frustrações dos investidores com o pacote considerado tímido de ajuste de gastos. No ano passado, a desconfiança com o governo fez o dólar disparar e ficar acima do patamar de R\$ 6, o maior da História. A cotação da moeda americana se mantém nesse nível em 2025.

Mas, de acordo com o número 2 de Fernando Haddad, as novas propostas de corte de despesas e arrecadação devem começar a ser debatidas após a aprovação pelo Congresso do Orçamento de 2025. Segundo ele, a equipe econômica deve voltar a insistir em impor limites aos "supersalários", pagamentos que extrapolam o limite estabelecido pela Constituição, porque a revisão de gastos deve atingir "o andar de cima". Durigan ainda rechaça o impacto de políticas fiscais na inflação do ano passado.

Bancos estão rebaixando as ações brasileiras, e o dólar continua acima do patamar de R\$ 6. Como a Fazenda pode conter isso?

Fizemos uma mesa com as instituições e com esses agentes para mostrar para eles os nossos números. Apresentamos medidas dentro do governo, vencemos a etapa e aprovamos no Congresso (as medidas), o que vai facilitar o funcionamento do arcabouço fiscal em 2025 e 2026, de maneira definitiva.

E por que houve essa reação negativa do mercado?

Existem outros temas pendentes de serem resolvidos, como a nossa dívida. Isso deve seguir sendo tratado e é nosso papel aqui na Fazenda. Precisamos vencer o ceticismo em relação à estabilidade da dívida pública. Cumprimos a meta de (resultado) primário em 2024 com um déficit de R\$ 12 bilhões, contra todas as expectativas. O arcabouço fiscal está funcionando.

Fizemos o maior ajuste fiscal dos últimos tempos no Brasil. É um ajuste fiscal que não é austericida, como fazem alguns aqui na América Latina. O problema das

expectativas tem que seguir endereçado. Isso nos incomoda. Temos que conseguir passar essa percepção de que temos responsabilidade fiscal. Tanto é que diminuimos em mais de R\$ 200 bilhões o déficit de 2023 para 2024.

Parte do incômodo do mercado é com a avaliação de que o pacote só segura o arcabouço até 2026 e abre espaço para medidas fiscais eleitoreiras. Como garantir que o gasto será controlado?

Pela consistência da nossa estratégia. O que temos dito, repetindo e estressando em várias ocasiões, é que acreditamos na responsabilidade fiscal. É nosso papel nos próximos dois anos reforçar a política fiscal, do lado da despesa e do da receita, para que obtenhamos grau de investimento e cheguemos com inflação sob controle, com crescimento sustentável.

Novas medidas fiscais podem ser apresentadas neste ano?

Do lado da Fazenda, nunca estamos parados. Sempre ficamos avaliando e monitorando as questões e estudando quais são as medidas para corrigir o que precisa ser corrigido. O próximo passo é tratar o Orçamento de 2025, incorporando o que foi aprovado no fim do ano de medidas fiscais. Algumas medidas que estavam sendo criticadas por estarem não necessariamente previstas no Orçamento vão estar. É o caso do Pé-de-Meia e do Auxílio-Gás.

Então, é incerto que teremos novas medidas fiscais?

Isso está certo, porque é natural que tenhamos que adotar medidas no decorrer do ano para garantir esse compromisso e esse resultado que conseguimos entregar. Vamos fazer isso. Temos que garantir que o Orçamento de 2025 seja bem executado. Se tiver alguma política pública que esteja fora do prumo, vamos corrigir para que o gasto fique dentro da nova regra fiscal. O arcabouço deu certo. O que de fato hoje nos escapa são expectativas que não estão no nosso controle. É legítimo que tenhamos que dar novos passos para garantir que as expectativas estejam mais condizentes com os resultados que estamos entregando.

E qual seria o "timing" dessas novas medidas?

Tem um timing natural. Temos que aprovar o Orçamento e dar consecução a isso. Todo o pacote de medidas está sendo estudado por nós. Medidas diversas podem ser adotadas, seja administrativa, de colegiados como o Conselho Monetário Nacional, e do ponto de vista do Congresso Nacional.

O governo vai propor o projeto contra os supersalários?

A nossa orientação é de moralização e de que deveríamos começar a revisão de gastos pelo andar de cima. Lamentamos que muitas dessas medidas que são moralizantes acabem sendo desidratadas. Voltaremos ao tema dos supersalários e esperamos aprovar a idade mínima para os militares com o aumento da contribuição para a saúde, agora em 2025.

O dólar segue acima de R\$ 6. É um patamar adequado?

Não me cabe dizer o patamar que acho adequado ou não do dólar. O importante é reconhecermos as causas. O cenário externo, principalmente o cenário americano, tem ditado parte importante desse aumento do dólar em relação ao real. Vou reconhecer, inclusive, que tem elementos do cenário doméstico, que é o nosso trabalho de avançar, de aprimorar tanto a comunicação do governo, como o ministro Haddad tem salientado, quanto as medidas.

No que nos compete, temos que fazer o trabalho de comunicação, de compromisso, seja meu, seja do ministro Haddad, seja do presidente Lula, para chegar a um patamar condizente com a realidade econômica, dentro do contexto mundial que nós estamos colocando.

Há culpa da política fiscal na inflação acima da meta do ano de 2024?

Existem várias causas para a inflação ter saído levemente ali da banda da meta. São causas sazonais, que têm a ver com as mudanças climáticas. E é muito importante dizer que o componente do gasto público não foi fundamentalmente contribuidor para essa inflação. Se a gente compara a despesa federal na proporção com o PIB, saímos de um patamar de 19,5% em 2023 para 18,5% em 2024. O país cresceu, e a despesa não. Não há motivo para alarme em relação à inflação.

Temos um cenário de emprego positivo, mas inflação e juros subindo. Qual o saldo geral da economia?

Começo o ano de 2025 muito satisfeito com as entregas na Fazenda, mas ao mesmo tempo muito preocupado com os resultados gerais. Câmbio, juros, em especial esses dois elementos, nos preocupam. Mas nosso compromisso é seguir com a agenda para os próximos anos.

O senhor disse que 2023 foi um ano de recomposição de receitas e que 2024 foi de contenção de gastos. Qual vai ser a marca de 2025?

É o ano de consolidarmos os avanços. Temos que vencer o pessimismo para os próximos anos. Para além da **Reforma Tributária**, que é estruturante, dos projetos da transformação ecológica que vão ter impulso por conta da COP30, temos que garantir que não tenha retrocesso no fiscal.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2025/01/13/governo-vai-adotar-novas-medidas-fiscais-em-2025-para-manter-arcabouco-afirma-secretario.ghtml>